

História, Ciências sociais e humanas, Ciência arquivística, Ciência da informação. Caminhos para a criação de espaços científicos comuns

History, Social and human sciences, Archival science, Information science. Paths for the creation of common scientific spaces

MARIA DE LURDES ROSA

Professora auxiliar com agregação na NOVA.FCSH - Departamento de História

mrosa@fcsch.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2027-4485>

RESUMO

O artigo constituiu-se como um contributo para a criação de espaços científicos comuns entre ciências que detêm atualmente uma grande vitalidade e diversidade epistemológica em torno do tema “Arquivo”, mas que com frequência não colaboram de forma sustentada: as Ciências sociais e humanas – nelas se destacando a História –, a Ciência da informação e a Arquivística. Sob o signo do cruzamento de perspetivas, tenta-se, através de estados da questão e de apreciações de campos disciplinares, contribuir para uma melhor difusão dos mesmos, bem como relançar o debate da criação interdisciplinar de campos científicos comuns, em que as várias ciências estejam presentes de igual para igual. O texto desenvolve-se em seis pontos principais, distribuídos por três grandes temas, em sucessivos alargamentos: o tema 1 convoca o cruzamento interdisciplinar, a partir de áreas fortes congregadas em torno da Ciência da informação e da Ciência arquivística; o tema 2 estende-se ao universo mais vasto das Ciências sociais e humanas, e

o tema 3 coloca-se, em interdisciplinaridade transversal, na área da “Ciência Cidadã”, que permite uma abertura à sociedade a partir dos conteúdos das diferentes áreas científicas e da sua cooperação interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística/ Ciência Arquivística; Ciência da Informação; História; Ciências Sociais e Humanas; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The article is a contribution to the creation of common scientific spaces between sciences that currently have great vitality and epistemological diversity around the theme of “Archives”, but which often do not collaborate in a sustained way: Social sciences and humanities - in which History stands out - Information Science and Archivistics. Under the banner of cross-perspectives, the aim is to contribute to a better dissemination of the global issue and assessments of the disciplinary fields, as well as to relaunch the debate on the interdisciplinary creation of common scientific fields, in which the various sciences are present on equal positions. The text develops in six main points, distributed over three major themes, in successive extensions: theme 1 calls for interdisciplinary cross-fertilization, from strong areas congregated around Information Science and Archival Science; theme 2 extends to the wider universe of Social sciences and humanities, and theme 3 places itself, in transversal interdisciplinarity, in the area of “Citizen Science”, which allows an opening to society based on the contents of the different scientific areas and their interdisciplinary cooperation.

KEYWORDS: Archivistics/ Archival Science; Information Science; History; Social Sciences and Humanities; interdisciplinarity.

O presente artigo nasceu da prova académica que, entre todas, se dedica à relevância do ensino universitário, refletindo, após anos de prática do mesmo, sobre conteúdos, métodos, desenhos curriculares: a agregação¹. Se, a nosso ver, é enriquecedor fazê-la, consideramos que a publicação de trabalhos a partir dela é igualmente importante. A necessária adaptação do Relatório dessa Prova levou-nos a optar por um texto que, através de esta-

¹ Provas de Agregação em Ciência da Informação, na Universidade de Coimbra - Relatório do programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático da Unidade Curricular «Seminários interdisciplinares», do Curso de Doutoramento em Ciência da Informação (10 setembro de 2021). Agradecemos aos membros do júri as suas intervenções e contributos para aprofundamento do tema; agradecemos ainda aos colegas que leram o presente artigo e aos revisores anónimos do mesmo.

dos da questão e apreciações de campos disciplinares, pudesse contribuir, por um lado, para difusão dos mesmos; por outro lado, que ajudasse a relançar o debate da criação interdisciplinar de campos científicos comuns, em que as várias ciências estejam presentes de igual para igual. Ainda que diverso do original, cremos que mantém boa parte do que consideramos fundamental na “Agregação”, e afinal na própria função da Universidade: a importância da pedagogia e da difusão de ciência.

A escolha do tema do referido “Relatório” assentara em dois motivos de base: desde logo, a convicção da importância de contributos interdisciplinares no trabalho científico, em especial em momentos de reconfiguração dos campos académicos; depois, todo um percurso de formação, trabalho, ensino e investigação feito na interceção entre a área da História, e o campo que se foi desenvolvendo, em Portugal, nas últimas três décadas, alcançando configuração científica e académica sob a denominação de Ciência da Informação. Para os que assistiram, e de algum modo participaram, neste processo de grande transformação, o enriquecimento pôde ser grande. Tentou-se, portanto, que o texto refletisse o entusiasmo com que foi vivido e a forma como foi enriquecedor o contacto com outros modos de conceptualizar aquilo que para o historiador é o “seu material de trabalho”, bem como com o vasto campo de áreas de estudo e intervenção societal, aberto pelas visões mais recentes e internacionais da nova ciência.

Assim, muito do que se refere, analisa e propõe neste texto, é bem exemplificativo do que depois se toma como objeto de estudo: a enorme mudança de panorama (mais para além das “mudanças de paradigma”, que também inclui) no mundo da História, dos arquivos, das instituições universitárias com relacionadas com ambas as áreas – em especial no que toca ao “campo comum”. Localizando o saber e a posição disciplinar de onde se fala: será apresentada, neste caso, a visão de uma historiadora que aprendeu com os arquivistas e, depois, com os “cientistas da Informação”, a importância de pensar os arquivos e a informação “fora da História”; que, a partir da História, tem contactado com propostas recentes e em desenvolvimento, mas inteligentes e sugestivas, de repensar as ditas “fontes” e a relação com o arquivo / a informação; que pensa ter conseguido trabalhar numa interceção dos dois campos; e que, por fim, considera que é importante ensinar tal em formações aprofundadas, tanto em Ciência da Informação como em História. É fundamental alicerçar a colaboração não na criação de clivagens académicas, que têm a tendência em resvalar para a competição institucional e não científica, bem como revestir natureza prescritiva. É igualmente importante recusar clivagens do tipo “ciência/ disciplina”, como tem

acontecido, não raras vezes, entre a Ciência da Informação e a Arquivística: tal afigura-se-nos especialmente discutível, e, até, reproduzindo de algum modo a famigerada relação entre a História e as “técnicas documentais”. Por fim, é preciso combater um certo isolamento internacional em que se encontra a Ciência da Informação em Portugal, em parte derivado de uma sua menor familiaridade com a bibliografia de línguas europeias, em parte pela adoção de um paradigma disciplinar particular, que seria importante confrontar sistematicamente com as propostas internacionais mais atuais, na senda do que aqui em parte esboçámos, de modo a verificar até que ponto tal situação limita os referenciais teóricos e os enquadramentos formativos. É, pois, desejável – e cremos que urgente – construir espaços científicos comuns a partir do conhecimento e debate do pensamento internacional mais atualizado das várias ciências.

O texto que se segue desenvolve-se em seis pontos principais, distribuídos por três grandes temas, em sucessivos alargamentos e cruzamentos: o tema 1 convoca o cruzamento interdisciplinar, a partir de áreas fortes congregadas em torno da Informação e da Arquivística; o tema 2 estende-se ao universo mais vasto das Ciências Sociais e Humanas, e o tema 3 coloca-se, em interdisciplinaridade transversal, na área da “Ciência Cidadã”, que permite uma abertura à sociedade a partir dos conteúdos das diferentes áreas científicas e da sua cooperação interdisciplinar. Em todos os três, a Ciência da Informação está presente como produtora de tópicos e interlocutora. A seleção dos temas foi feita com o objetivo de oferecer perspectivas interdisciplinares que valorizassem os conhecimentos das áreas de formação de origem, oferecessem novos, e abrissem caminho a campos de conceitualização e trabalho comuns. As Ciências sociais surgiram como inevitáveis disciplinas a explorar, destacando-se entre elas a História, não por qualquer questão de maior relevância disciplinar, mas pelo cruzamento de percursos com as áreas tradicionais que vieram a convergir na Ciência da Informação e pela riqueza atual de propostas colaborativas. O “arquivo” configurou-se como o objeto de estudo interdisciplinar por excelência, ao qual foi conferida inerente relevância. O módulo de “Ciência Cidadã”, mais do que uma área disciplinar, reporta-se a aplicações de valorização social e ética dos saberes e competências previamente abordados.

As temáticas a estudar, originalmente elaboradas sob forma de textos de orientação letiva, serão apresentadas sob forma descritiva, sem que, no entanto, se oblitere uma sua utilidade prática. Mais do que elaborar um estado da questão tradicional, tentou-se manter o potencial pedagógico do exercício original, através de combinações sucessivas de revisões da produção

disciplinar, sínteses temáticas, guias de leitura da bibliografia, apresentação de boas práticas, e, por fim, de recursos digitais para uma visualização global da produção científica².

1. História, ciência arquivística, ciência da informação: reconceptualizar a interdisciplinaridade

Na temática da área interdisciplinar a construir com a História, crê-se serem particularmente importantes duas linhas de abordagem: a teorização do tema (a partir das áreas mais interventivas em tal) e a aplicação prática do resultado desse trabalho de reflexão. O pano de fundo é o conhecido processo de transformação do relacionamento disciplinar entre a História e as denominadas “ciências auxiliares”, segundo a taxonomia das configurações académicas nascidas no século XIX e vigentes até aos anos 60-70 do século XX. Em função de uma necessidade de seleção de perspetivas, foi desenvolvida a apresentação de dois pontos principais: as correntes de pensamento em que atualmente se desenvolve uma mais forte reconceptualização da relação disciplinar; os conceitos e as áreas comuns de trabalho, pertinentes para o relacionamento em estudo.

Em “Áreas principais da (re)conceptualização da interdisciplinaridade” apresenta-se uma combinação de introdução ao tema com estado da questão. É abordada a natureza do relacionamento interdisciplinar a estudar: qual a sua utilidade, como surgiu e como se modificou, o que pode dele resultar em enriquecimentos de cada uma das áreas e de campos de trabalho comuns; e são evocadas as principais tendências de investigação sobre relacionamentos interdisciplinares com a Ciência da Informação e os campos que a integram (ou, em outras configurações epistemológicas, com ela se relacionam): autores, publicações, implantação, etc. Foram aqui privilegiadas quatro tendências,

² A bibliografia recenseada e comentada é, na sua esmagadora maioria, oriunda de áreas científicas não lusófonas. Tal deveu-se ao facto de os temas em apreço serem sobretudo nestas tratadas, e não a qualquer subalternização da produção científica portuguesa e brasileira. Diga-se, quanto à primeira, que a preponderância em Portugal do modelo Ciência da Informação conduz a que se efetive nele a principal produção científica, da qual há investigadores com muito maior competência para tratar; quanto à segunda, a aceitação autónoma da Ciência Arquivística/Arquivologia, a partir de uma frequência mais generalizada dos escritos americano e canadiano, em especial, leva a que haja numerosa bibliografia com interesse para partes do texto que se apresenta. No entanto, sendo muito vasta, optou-se por apenas referir este facto, deixando para uma próxima oportunidade um texto sobre ela. Por fim, é imperativo avisar que, mesmo em campos recenseados de forma focada, qualquer pretensão de exaustividade é em hoje em dia impossível e que, mesmo em relação à produção científica privilegiada haverá falhas, pelas quais se pede escusa.

em função quer da sua adequação ao tema, quer do seu relevo em termos acadêmicos internacionais: a “Archival Science”, a “Historical Information Science”; a “Arquivística Histórica” nas suas diferentes configurações; e os estudos de Literacia informacional relativos a historiadores, incluindo a subárea das formações e “guidelines” de acesso à Informação e ao Arquivo feitas por profissionais e acadêmicos de Ciência da Informação, construídos a partir daqueles estudos.

Na segunda parte, a efetivação concreta do “mútuo conhecimento” passará, primeiro, pelo exame de conceitos e formulações teóricas, depois de metodologias. Em torno de temas convergentes, referir-se-á e explicar-se-á o que cada área anda a fazer, e como os estudos de uns podem servir aos outros. Serão abordados, sucessivamente, a reconceptualização da “fonte” na nova epistemologia das fontes históricas, e alguns diferentes conceitos e campos comuns de trabalho entre a História e a Ciência da Informação. O primeiro ponto propõe-se caracterizar as novas leituras do historiador sobre a “fonte” histórica, que configuram uma nova epistemologia dos seus materiais de trabalho; situa-se “do lado do que os historiadores podem oferecer”. O segundo ponto, já do “lado do que pode ser oferecido aos historiadores”, elenca um conjunto de conceitos que serão já bem conhecidos dos alunos, sob uma nova perspectiva – como podem ser dados a conhecer ao historiador, como é utilíssima a reflexão da Ciência da Informação / Arquivística para uma renovação dos trabalhos históricos. Em função da importância nas disciplinas e da mais-valia que a sua intercomunicação poderá trazer, foram definidos quatro conceitos (Informação / Arquivo, informação arquivística, sua representação / contexto arquivístico e contexto histórico / a autoridade do arquivista) e três campos de trabalho (diplomática arquivística e a “identificação documental” / História custodial / avaliação).

1.1. Áreas principais da reconceptualização interdisciplinar

- A “Archival Science”

A mais consistente proposta de reconceptualização da relação com a História é, sem dúvida, o campo científico denominado Archival Science ou Archivistics (cfr. a discussão das denominações em Bastian, 2016; Caswell, 2016; Ketelaar, 2016). Nas linhas que se seguem, será historiada, nas suas linhas gerais, a formação desta corrente, para depois se apresentar um núcleo de obras fundamentais para o conhecimento da mesma, em orientação

bibliográfica indispensável num universo de publicação que não para de crescer. Por fim, será feita uma breve síntese das suas propostas de relacionamento, tanto com a Ciência da Informação, como com a História.

O fundamento teórico da Archival Science constitui-se através de vários fatores e ao longo das últimas sete décadas, grosso modo, mantendo-se, de resto, em evolução. Devem referir-se, nomeadamente, a influência do pensamento pós-moderno em Terry Cook, e a recomposição do saber arquivístico tradicional holandês em função da sua decidida conexão à área das Ciências sociais, por Eric Ketelaar; o notável esforço de transformação de todas as “questões técnicas” em problemas científicos; os debates em torno da forma de implantação académica e de capacidade investigativa própria dos arquivistas; a imparável expansão do campo disciplinar na última década para áreas de ativismo cívico e social, a partir de uma assunção quanto à profissão e ao campo científico – o poder do arquivista e a sua inerente obrigação ética – e de dois impulsos centrais – o tratamento de arquivos de populações aborígenes e nativas (Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia) e os arquivos de comunidades (nas mesma zonas e, quanto à Europa, com especial incidência no Reino Unido). Há, de facto, todo um “mundo da Archival Science” – que os próprios definem já de forma muito mais abrangente, usando o termo “multiverso” –, pouco conhecido em Portugal, proeminente nos circuitos de formação e investigação internacionais, nos anglófonos certamente em especial, mas cada vez mais se impondo como “main stream” na recomposição / decomposição do campo da Ciência da Informação, particularmente no que diz respeito à sua relação com a Arquivística.

Nas duas últimas décadas foram escritas algumas obras chave a este respeito, que historicam e avaliam a evolução disciplinar. Numa progressão cronológica, foi publicado em 2014 o livro problematizante de Anne Gilliland, editado pela Society of American Archivists com o significativo título de *Conceptualizing 21st-Century Archives*. Que tipo de arquivos e de Arquivística; que modelo de arquivista; que tipo de relação com a Ciência da Informação e com as Ciências humanas, nomeadamente a História – são algumas das questões para as quais esta orientação bibliográfica pretende oferecer ferramentas. Escassos dois anos depois, a mesma autora co-coordena o grande “manual” / dicionário *Research in the Archival multiverse*, que marca um ponto de chegada para o novo campo - significativamente definido como “multiverse” - ao mesmo tempo que se afirma uma saudável constatação de necessidade de renovação (Gilliland et al., 2016). No ano seguinte, a segunda edição de *Currents of Archival Thinking* atualiza a identificação das problemáticas constituintes do campo em relação a 2010, desenvolvendo,

nomeadamente, o tópico das consequências das ruturas tecnológicas (MacNeil & Eastwood, 2017). Merecem por fim menção duas obras que, em torno da evocação de figuras fundacionais, prosseguem o trabalho de identificação científica. Dedicadas respetivamente a Terry Cook e a Richard J. Cox, são elas: *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (Nesmith et al., 2020), e *Defining a discipline: Archival research and practice in the twenty-first century*. Em ambos destacou-se, entre outras coisas, uma preocupação constante em criar pontes, e não muros, entre a Archival Science, a Ciência da Informação e a História (acessoriamente, mas não com menos relevo, as outras ciências sociais) (Bastian & Yakel, 2020).

O impacto da Archival Science revela-se ainda numa presença consolidada em meios de publicação especializada. Em termos de livros, deve referir-se a Facet Publishing, a maior editora especializada em “information professions”, gerida pela «CILIP – Librarian and Information Association do Reino Unido». Apresenta duas coleções maioritariamente dedicadas ao campo científico: “Principles and Practice in Records Management and Archives”, dirigida por Geoffrey Yeo, da U. College, Londres; e “Facet books for archivists and records managers”; edita ainda livros fora de coleção que publicam trabalhos de eventos científicos importantes para a corrente, como é o caso do I-CHORA³.

Em termos de publicações periódicas – que, como é sabido, possuem forma própria de transmitir ciência, nomeadamente quanto à atualidade dos temas e à possibilidade de mais rápido debate científico – deve referir-se a importância neste campo disciplinar, de três revistas em especial. A mais antiga é *Archives and Manuscripts*, da Australian Society of Archivists⁴, publicada desde 1955; segue-se-lhe a *Archivaria*, revista da *Association of Canadian Archivists*, que a publica praticamente desde a sua fundação, sendo o primeiro número de 1975-1976⁵. Sendo publicações de associações profissionais – embora abertas ao exterior –, não se limitam evidentemente a artigos de uma única corrente, mas a prevalência dos temas e autores da Archival Science mostram bem a identificação entre os dois campos. Como publicação dedicada desta corrente científica, surge, nos alvares do século XXI, em plena consolidação daquela, a revista *Archival Science*⁶. Com quatro números por ano, e recentemente, adotando o “online first”, caracteri-

³ <https://www.facetpublishing.co.uk/page/catalogue/>

⁴ <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa>

⁵ <https://www.archivists.ca/archivaria>

⁶ <https://www.springer.com/journal/10502> (1º número em março de 2001)

za-se ainda pela prática de editar números especiais, onde são feitos fundamentais estados da questão sobre temas considerados os mais atuais pelos editores e comunidade de autores/ leitores. Uma simples passagem de olhos pelos títulos permite perceber direções de percurso: dos arquivos de minorias aos arquivos e alterações climáticas, passando pelos direitos humanos, arquivos e trauma, arquivos e deficiências físicas e mentais, práticas de descolonização em arquivos, relação com outras disciplinas, currículos de ensino da Arquivística, etc.

Números temáticos da *Archival Science*

Tema	Referência editorial
Research Methods	Vol. 4: março-dezembro 2004, nº 3-4
Graduate Archival Education	Vol. 6: junho 2006, nº 2
Papers from the 2nd ICHORA-2 (part 1)	Vol. 6: dezembro 2006, nº 3-4
Document Academy	Vol. 8: setembro 2008, nº 3
Digital Convergence: Libraries, Archives, and Museums in the Information Age	Vol. 8: dezembro 2008, nº 4
Minority Reports: Indigenous and Community Voices in Archives. Papers from the 4th International Conference on the History of Records and Archives	Vol. 9: junho 2009, nº 1-2
The Philosophy of the Archive. Papers from the Conference held in Edinburgh	Vol. 9: dezembro 2009, nº 3
Archival Knowledge Cultures in Europe 1400-1900	Vol. 10: setembro 2010, nº 3
Archives and the Ethics of Memory Construction	Vol. 11: março 2011, nº 1-2
Archives, Records, Identities: Question of Trust	Vol. 11: novembro 2011, nº 2-4
Keeping Cultures Alive: Archives and Indigenous Human Rights	Vol. 12: junho 2012, nº 2
Genre Studies in Archives	Vol. 12: dezembro 2012, nº 4
Memory, Identity and the Archival Paradigm	Vol. 13: junho 2013, nº 2-3
Archives and Human Rights	Vol. 14: outubro 2014, nº 3-4
Digital Curation	Vol. 15: junho 2015, nº 2
Archiving Activism and Activist Archiving	Vol. 15: dezembro 2015, nº 4
Affect and the Archive, Archives and their Affects	Vol. 16: março 2016, nº 1

Tema	Referência editorial
Select Papers from the 2015 Archival Education Research Institute (AERI)	Vol. 17: março 2017, nº 1
“To go beyond”: towards a decolonial archival praxis	Vol. 19: junho 2019, nº 2
Archives in a Changing Climate	Vol. 19: setembro 2019, nº 3; Part II Vol. 19, nº 4
Archival Thinking: Archaeologies and Genealogies	Vol. 21: março 2021, nº 1
Challenges and prospects of born-digital and digitized archives in the digital humanities	Vol. 22: setembro 2022, nº 2
Archives and the Digital World	Vol. 23: março 2023. nº 3-5

Passa-se agora a analisar, conforme acima referido, o tema do relacionamento entre a *Archival Science* e a Ciência da Informação. Aceitando a existência e a centralidade do fenômeno “Informação”, vê como um problema a inserção na Ciência da Informação no modelo desta em que tal resulta numa perda do seu estatuto científico e em que se negue a especificidade da informação arquivística (Gilliland, 2014; Gilliland et al., 2016; Yeo, 2018). Com efeito, a *Archival Science*, mesmo com todas as suas variações internas, passou por uma capacitação científica e acadêmica que nasceu diretamente da interrogação e posterior reformulação dos conceitos clássicos da Arquivística à luz do pensamento pós-moderno e do efeito do contexto social e tecnológico, e não da interrogação a partir de um modelo holístico de “Informação”. O seu relacionamento com a *Information science* faz-se de igual para igual, com recusa de qualquer diluição ou subalternização naquela. Nos últimos anos, aliás, os *archival scientists* têm redobrado iniciativas no sentido de se demarcarem da *Information Science* – sem a recusarem ou rejeitarem como projeto científico incipiente, de resto –, que incluem consórcios educacionais em alternativa às *i-schools* (o consórcio AERI – Archival Education and Research Initiative)⁷, ou a existência de múltiplas formações em que a Archivalistics, os Archival studies ou a Archival science aparecem a par da Information science. Não porque esta seja tecnológica, mas simplesmente porque não se revêem num conceito de Informação decerto global e abrangente, mas que dificilmente se adequa ao objeto que aquela trabalha.

Os seus cientistas identificam-se com o estudo de um tipo específico de informação e de configuração social da mesma – a Arquivística, com a

⁷ <http://aeri.website>

sua natureza orgânica e processual, e a imprescindível incrustação dos produtores de arquivos em contextos institucionais e sociais para perceber o que é produzido. Estes elementos configuram-na como ciência, que trabalha agora sob a égide da expressão «archival multiverse», de modo a incluir, também, reflexão e ação em campos de ativismo social e político que os enquadramentos académicos em geral não contemplam. Em termos formativos pode estar inserida em Departamentos de Information Science, em Departamentos de História (caso de Terry Cook, Tom Nesmith e outros, tal não impedindo a revolução que operaram) ou em combinações diversas, como é o caso de um dos mais importantes centros europeus de formação e investigação na área, a Faculty of Humanities da U. Amsterdão, onde se destaca o mestrado em «Archival and Information Studies (Media Studies)»⁸. Ao longo do tempo, a variedade e vitalidade das tradições nacionais e regionais vieram de resto fazer com que, em muitas instituições pertencentes formalmente ao consórcio das i-schools, existam formações mistas.

É também particularmente importante no mundo interdisciplinar da Archival Science a sua relação com a História, como sempre foi referido por um dos pais fundadores, Terry Cook, a cujos trabalhos na linha da historicização da profissão e dos conceitos se vieram juntar muitos outros, alargando horizontes e perspetivas, como é o caso da “história social dos arquivos” (Ketelaar) ou da *Historical archival science* (Horsman, Jeurgens), sobre as quais se falará aprofundadamente de seguida. Para uma rápida contextualização do panorama: se nas primeiras décadas da afirmação da Archival Science o relacionamento com a História foi visto como a fase final de uma necessária emancipação face a uma área de que há muito o pensamento técnico e a prática dos profissionais se tinha afastado, nunca revestiu uma recusa de relações fortes de interdisciplinaridade, desde que realizadas num contexto de igualdade de estatuto. A afirmação científica e académica da *Archival Science* veio possibilitar tal, ao transpor o palco de relacionamento de ambas as partes para o mesmo mundo universitário, ao invés da anterior “espacialização” universidade / arquivo e associações profissionais.

É certo que a aproximação foi lenta e gradual, pautada por alguns marcos decisivos. Desde logo, o Swayer Seminar de 2000/2001 na U. de Michigan, cuja publicação, em 2007, pelo arquivista Francis Blouin e o historiador William G. Rosenberg, trouxe claramente à discussão o alargamen-

⁸ Universidade de Amsterdão. (2023). *Archival and Information Studies (Media Studies)*. <https://www.uva.nl/shared-content/programmas/en/dual-masters/archival-and-information-studies-heritage-studies/study-programme/study-programme.html>

to do conceito de arquivo, falando de “instituições de memória social” a partir dos trabalhos dos arquivistas, e incorporando a reflexão sobre a memória cada vez mais participada por estes (Blouin & Rosenberg, 2007). Alguns anos depois, em 2013, os mesmos autores elaboraram uma notável “grande leitura” do processo histórico de relacionamento das duas disciplinas, em torno de um conceito central – a quem pertence a autoridade para decidir o que se guarda e como. Esta obra clarificou como a própria História mudara profundamente o relacionamento com a prova documental e ia cada vez mais rejeitando a visão positivista do arquivo, tal não sendo suficientemente conhecido pelos arquivistas (Blouin & Rosenberg, 2013).

Haverá que referir, ainda, o crescente número de estudos sobre a história da profissão e sobre os pontos de relacionamento com a História desenvolvidos por arquivistas acadêmicos. Com efeito, se são uma manifestação central da importância da prática da História pelos Archival Scientists, ultrapassam em muito esta dimensão, pelas funções de auto-consciencialização e identificação, bem como performatividade, na criação de um campo científico pelos seus atores. Têm características intrínsecas diversas dos trabalhos de historiadores sobre o mesmo tema, não por uma menor destreza da análise histórica, mas por fatores qualitativos intrínsecos: por um lado, a definição de temas e perspectivas inerentes a um conhecimento direto dos tópicos (tema a retomar adiante, quanto à diferença dos olhares sobre o arquivo colonial, entre historiadores e arquivistas-historiadores); por outro, estas análises têm de facto vindo a construir e a reforçar a identidade de grupo, bem como a estimular o desenvolvimento teórico do campo científico. Tal como noutras ciências, a historicização do percurso realizado, dos contextos de afirmação, e das teorias / conceitos de base, é um mecanismo de reforço, de correção e de redefinição de rumos extremamente relevante.

Entre estes estudos, existe, desde logo, um conjunto de trabalhos de âmbito marcadamente monográfico, que em geral correspondem a um período anterior ao início do processo de capacitação científica da Arquivística, mas que são imprescindíveis ao conhecimento do tema. Destacam-se, aqui, as histórias das “arquivísticas nacionais” (Hildesheimer, 1997; Generelo & López, 1998; Lodolini, 2001), as biografias de personagens relevantes (Tori, 2003), o estudo de instituições e seus arquivos (Navarro Bonilla, 2004; Conde y Delgado de Molina, 2008). Um segundo grupo abarca estudos que se inserem na identificação disciplinar pós-custodial e/ou pós-moderna (Cook, 1997; Cook, 2009; Cox, 2000). Reflete, pelo elevado número daqueles, e pela diversidade de temas, a explosão de investigações individuais (muitas no formato de trabalhos de formação académica aprofundada), encontros cien-

tíficos e publicação especializada que tem acompanhado o processo acima referido [Yale, 2015; Gilliland, 2016; e as conferências I-CHORA (*International conferences on the history of records and archives*), que, entre 2003 e 2022, contam já com dez edições]:

Local e ano	Referência editorial
Toronto 2003	ed. <i>Archivaria</i> . n.º 60 (2006)
Amsterdam 2005	ed. <i>Archival Science</i> . Vol. 6 (dezembro 2006), n.º 3-4.
Boston 2007	ed. <i>Libraries & Culture</i> . Vol. 44, n.º 1 (2009).
Perth 2008	ed. <i>Archival Science</i> . Vol. 9 (junho 2009), n.º 1-2.
Liverpool 2010	
Austin, Texas 2012	
Amsterdam 2015-2016	ed. Foscarini, F., MacNeil, H., Oliver, G., & Mak, B. (Eds.). (2016). <i>Engaging with Records and Archives: Histories and theories</i> . Facet Publishing.
Melbourne 2018	
Ann Arbor, Michigan 2020	
Virtual, 2022	Sob responsabilidade dos <i>National Archives</i> (Reino Unido) e do <i>Forum for Archives and Records Management Education and Research</i> (FARMER)

Este segundo grupo, se corresponde em parte ao desenvolvimento do primeiro, distingue-se dele enquanto é feito confessadamente sobre o signo da busca de identidade científica específica, como fica claro no artigo recente de uma das mais conhecidas autoras desta corrente e tema, Heather MacNeil (2020). Aqui apresenta-se o pensamento de Terry Cook em relação à centralidade do conhecimento histórico no trabalho arquivístico, não hesitando em atribuir-lhe características próprias e uma função de “mecanismo crítico” de autorreflexão. No tipo de relação que o arquivista conceptualizado pela *Archival Science* estabelece com a sociedade, o estudo do passado da profissão é visto como um imperativo moral, e mesmo um passo indispensável para o aprofundamento e ampliação da teoria arquivística.

After making the case for the centrality of a distinct kind of historical knowledge in archival work, Cook moved on to argue for the importance of historical knowledge more generally as a critical tool for archival reflection on that work. If we accept that archivists play an active role in shaping societal memory through appraisal and that they

establish the boundaries within which users understand and interpret archival records through description, then excavating the largely hidden histories of our professional and institutional practices and laying bare the values, epistemologies, and power relationships that underpin them is tantamount to a moral imperative. For Cook, it was also a critical starting point for a much-needed intellectual history of the archival profession and a foundation on which to deepen and extend archival theory. (MacNeil, 2020, p. 248)

A incursão na evolução desta Escola não ficaria completa sem abordar, ainda que brevemente, a tendência atual de solidificação do discurso interdisciplinar. O artigo de Alex H. Poole (Drexel U., Filadélfia) é a este respeito exemplar: questionando a continuidade das duas grandes metáforas do afastamento – “Foreign country”, de Cook, e “Archival divide”, de Blouin / Rosenberg, o autor apresenta um balanço e do relacionamento e uma vasta série de quadros de trabalho comuns, usando as metodologias do “mapeamento” dos campos de investigação e dos estudos bibliométricos, com uma exaustiva base bibliográfica (Poole, 2015). Por fim, num texto recente e publicado em Portugal, de Francis Blouin (2019), no livro *Recovered voices* (Rosa et al., 2019), o Autor retoma a análise de 2013, acima referida, para colocar um importante desafio: apesar da importância das convergências, não será de fato benéfico manter a diferença entre enquadramentos conceituais diferentes, e apesar de tal trabalhar em conjunto? Não por acaso, algumas destas questões são diretamente tratadas pela mais recente apreciação da relação da *Archival Science* com a História a partir da obra de Terry Cook, no texto de Jennifer Douglas, “Archiving’s ‘Archival turn’: looking back on the History / archives debate in Canada” (Douglas, 2020).

É importante complementar estes textos com leituras do mesmo processo por parte de autores europeus – as duas leituras de fundo do processo de autonomização e aproximação das disciplinas devidas a Charles Jeurgens (2005) e a Bertrand Müller (a partir da perspectiva foucaultiana das “ordens do saber”) (2011); e o recente artigo de balanço “Archives et histoire: dépasser les tournants”, cujos enquadramento de elaboração e publicação falam por si – da autoria de um professor da École des Chartes, Olivier Poncet (2019), surgiu na revista “bandeira” da Nova História, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, no dossiê “Archives”, dirigido pelo historiador Étienne Anheim (2019), que se tem destacando por uma importante reflexão sobre a epistemologia das “fontes históricas” [tendo ambos já coordenado o anterior número especial dedicado

à relação ente arquivos e História, na também emblemática *Révue de synthèse*: “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire” (Anheim, 2004)].

- A “Historical Information Science”

Na linha de conferir a importância ao estudo do contexto social de criação dos conceitos e teorias, que temos vindo a seguir, é indispensável abordar o tipo de identificação disciplinar da Ciência da Informação que se alicerça na pesquisa das origens e evolução do campo com recurso às Ciências sociais e humanas, particularmente à História. Referimo-nos, desde logo, aos trabalhos de historiadores da Ciência da Informação vindos das áreas da biblioteconomia e da documentação, que se focam na História da Informação, nomeadamente Alistair Black (desde logo o artigo de 1999, com R. Brunt, em que propõe a constituição de um novo campo temático, a “Information Management History”) e ultimamente Toni Weller, com estudos vários, entre os quais uma perspetiva histórica alargada, em *Information History in the Modern World* (2010), que foi precedido da obra didática *Information History – An Introduction*, 2008). Depois, as obras sobre «Historical information Science», um campo que se desenvolveu a partir das primeiras relações entre a Informática e as Ciências Sociais, em especial a História. Evoluiu e ampliou-se de modo muito rápido e é hoje generalizadamente mais conhecido por “Humanidades digitais” (é ilustrativo que a primeira revista da área, que logo alcançou grande impacto, a *History and computing*, tenha passado a denominar-se *International journal of humanities and arts computing: a journal of Digital Humanities*). A bibliografia sobre este campo, não isento de problemas teóricos e alvo de críticas várias, mas em plena expansão, é imensa, e seria impossível abordá-la aqui, sem desvio em relação ao tema central; entre outras possibilidades, a consulta de sites das principais instituições promotoras fornece abundante informação⁹.

Devem por fim referir-se, pela sua natureza emblemática, os livros de Lawrence McCrank, *Historical Information Science: An Emerging Unidiscipline* (2001) e de O. Boonstra et al. (2006), *Past, present and future of historical information science* (2006). Estes trabalhos são particularmente importantes porquanto os seus autores não são historiadores de formação, antes “information scientists” que fazem História da (sua) Ciência a partir do interior da mesma, numa linha comum à história das ciências e tecnologias.

- A arquivística histórica – propostas holandesas, proposta portuguesa

⁹ Entre outros, <https://eadh.org/>; <https://dhlab.fcsh.unl.pt/>; <https://www.dariah.eu/> .

A abordagem teórica interdisciplinar a ser agora apresentada situa-se diretamente na confluência do campo da História com o da *Archival Science* e tem sido construída em simultâneo por arquivistas e historiadores. Tem três expressões principais:

- A *Historical archivistics*, definida por Charles Jeurgens, atualmente professor de *Archival Science* na *School of Humanities* da Universidade de Amsterdão (Jeurgens, 2005)¹⁰;
- A *Social History of the archive* de Eric Ketelaar (desenvolvendo uma prévia designação Peter Horsman, *Archival history*, segundo artigo de ambos na *Encyclopedia of Archival Science*, 2014);
- A Arquivística Histórica, desenvolvida no Departamento de História da NOVA FCSH desde 2010 (Rosa, 2017a; Rosa & Nóvoa, 2018).

Todas estas correntes devem muito, evidentemente, à reconfiguração da relação entre a História e a *Archival Science* realizada no âmbito da arquivística canadiana, por nomes como Terry Cook ou Tom Nesmith, anteriormente referida em extensão. A tríplice designação holandesa recobre na verdade um mesmo campo teórico, feito por arquivistas e antes de mais para arquivistas, com o objetivo de conferir uma profundidade contextual ao registo e ao documento.

Em 2005, numa sessão do Cultural study program “Encompass: encountering a common past in Asia”, na Universidade de Leiden, Charles Jeurgens formula a proposta de um campo de estudos que contribua para criar uma ponte entre a *Archival Science* e a *Historical science*:

Seen from the purely scientific archivistic approach, archives are not historical sources. Archives are just not created with the object of serving historical research as source material. The objective of archival science is therefore not to fathom the historical reality, but to understand archive creation. The historian can of course take advantage of this; even stronger, he must take advantage of this if he wants to give meaning to the content of the documents. (...). It is precisely because archives are not created with the object of serving as historical source, that it is important to investigate methods to

¹⁰ Universidade de Amsterdão. (2023). Prof. dr. K.J.P.F.M. (Charles) Jeurgens. <https://www.uva.nl/en/profile/j/e/k.j.p.f.m.jeurgens/k.j.p.f.m.jeurgens.html?origin=Fs%2B2rT%2FUQee%2B%2F7H0qeK0XQ>

enable the research value of the archive material to be determined.
(Jeurgens, 2005, p. 10)

Num segundo momento do texto, e em trabalhos posteriores (como *The bumpy road to transparency: access and secrecy in 19th-century records in the Dutch East Indies*, de 2016, ou *The insatiable archive: Regime change and information control in the Dutch Colonial Empire, c. 1795-1825*, de 2019), Jeurgens trabalha a aplicação da Historical archivistics à produção de informação e arquivos num contexto histórico específico, o colonial holandês na Ásia, e a propósito de uma operação arquivística clássica, a classificação e suas categorias – em ordem a demonstrar como a representação arquivística molda a informação que o historiador encontra nos arquivos, mas aquela representação nasce e tem função social num contexto que o historiador ajuda a reconstituir e a compreender.

No percurso intelectual de Eric Ketelaar, foi o conceito de “arquivização” que começou por designar a área de estudo do contexto histórico e cultural da formação de arquivos. A formulação de “História social do arquivo”, de algum modo sucedâneo daquele, surge alguns anos depois, sob influência dos historiadores dos arquivos. Neste segundo momento, Ketelaar começou por formular o conceito a partir da história da sociedade holandesa da Época moderna, que caracteriza na sua natureza e na sua forma de governança, marcada pelo debate visando alcançar formulações consensuais – e tendo particular cuidado no registo das ações e decisões. Sob este pano de fundo, escreve, nascia o objeto de estudo da social history of archives – modos de formação de registos e de arquivos.

Basic types of records “that may be called constants in record creation” were, according to Posner, “(...) records facilitating control over persons; records with regard to real property; financial and other accounting records”; “notarial” records safeguarding private business transactions; the laws of the land; records created and retained as evidence of past administrative action. These can be translated in broad categories of archiving respectively people, property, places, trade, litigation, monies, and governance, each category having its own practices of record formation and archiving. Each of these practices was executed by different agents (creators, users, archivists, and record subjects) interacting with institutions and technologies. (Horsman & Ketelaar, 2014, pp. 52-53)

A elaboração do modelo conceptual de investigação em Archival history foi aprofundada por Peter Horsmann no seu doutoramento sobre os arquivos de Dordrecht (resumo inglês, 2009) e apresentado pelo mesmo e Eric Ketelaar em 2014, na *Encyclopedia of Archival Science*. O último passo neste percurso de definição de área de estudo foi dado através de uma aplicação prática à sociedade holandesa da Época moderna, evidentemente aberta a aplicações mais vastas, na última grande obra de Ketelaar, *Archiving people. A social history of Dutch archives* (2019), totalmente disponível online¹¹.

O estudo deste tema deve ser completado pela análise da proposta portuguesa, elaborada por Maria de Lurdes Rosa e aplicada em diferentes estudos históricos pela mesma e sua equipa. (Rosa, 2017; Nóvoa & Rosa, 2018). O “Percurso de investigação” proposto por aquela autora (2017, pp. 572-580), numa síntese de textos anteriores, e sob o influxo, ainda, de diversas de aplicações práticas em trabalhos académicos e extra-académicos, pela mesma e pela sua equipa de investigação, tem em vista a “reconstrução da produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna”. Pretendeu situar-se na confluência das noções de informação conceptualizadas no seio da Ciência da Informação, da visão da Archival science quanto aos processos de “arquivação”, e de uma contextualização historiográfica problematizante. O campo científico é assim definido:

Chamámos “Arquivística histórica” à perspectiva que visa reunir estas duas vertentes: estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”); não apenas com os arquivos existentes, mas complementando estes com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracterizando historicamente as instituições e construindo modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisando a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, e conferindo-lhe importância social; contextualizando estas práticas e interpretando o seu significado; seguindo todo o percurso da informação e compreendo as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, respondendo a questões historiográficas mais amplas. (Rosa, 2017, pp. 550-551)

¹¹ Ketelaar, E. (2023). *Archivistics*. <https://archivistics.home.blog/2019/12/14/new-e-book/>

A elaboração desta proposta, como referido, assentou e assenta num constante vaivém entre teoria e prática. Para o seu conhecimento é assim importante a consulta dos trabalhos do Grupo de Arquivística histórica, no que toca a projetos de investigação, teses de doutoramento e mestrado, publicações, através do recurso aos sites por ele mantidos:

ARQFAM. Arquivos de família, arquivos de comunidade(s). Arquivística, História, herança cultural (desde janeiro de 2015)¹².

ARQUIVÍSTICA HISTÓRICA. Base de dados dos trabalhos arquivísticos desenvolvidos em âmbito de teses de doutoramentos em História, especialidade de Arquivística Histórica (desde janeiro de 2014)¹³.

INVENT.ARQ – Family archives inventories, 15th-19th centuries: from management and proof to lost memories. Rethinking the premodern archive (Projeto FCT – EXPL/EPH-HIS/0178/2013) (2014-2015)¹⁴.

VINCULUM. Entailing perpetuity. Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14th-17th Centuries)¹⁵. A mais recente e abrangente investigação, na qual a componente de Arquivística Histórica tem lugar central. Num projeto que tem o objetivo estudar a fundo a relação entre práticas sociais e práticas de arquivo no âmbito nas “sociedades vinculares” da Europa do Sul, a partir do caso de estudo português, pretende-se propor modelos arquivísticos e informacionais de reconstituição e análise de informação histórica.

Uma referência extensão aos trabalhos arquivísticos do projeto VINCULUM seria impossível, tanto mais que se encontra ainda em curso. Referir-se-á apenas, por relevante no contexto deste artigo, a forma como foi conceptualizada e construída a base de dados, produto central do projeto. Recusando-se a construção de mais uma base de dados histórica, como resposta a inquéritos específicos daquela disciplina, criou-se uma base de dados arquivística, usando um software dedicado, baseado nas normas do CIA [ISAD (G), ISAAAR (CPF), ISDIAH]. A ideia central é que a heurística do fenómeno vincular deve ser reconfigurada através da reconstrução do sistema de informação criado e mantido por este fenómeno histórico, ao invés de seguir o método tradicional dos historiadores, isto é, trabalhar nos arquivos históricos para recolher dados históricos. Defendendo a convergência de novas fontes de

¹² <http://fcsh.unl.pt/arqfam>

¹³ <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt>

¹⁴ <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt>

¹⁵ <https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/>; <https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/>; <https://www.vinculum-database.fcsh.unl.pt/>

epistemologia que abarcam a consideração científica do material dos historiadores, as propostas da ciência arquivística e a nova história dos arquivos e da informação, o projeto confere uma importância considerável à reconstrução da paisagem coeva da produção, documentação, utilização, conservação e transmissão da informação. Os documentos existentes são considerados juntamente com os que faltam, para formar um quadro global, e cada informação é ligada ao seu produtor, dando-lhe todo o seu significado. Os polos coexistentes de produção de informação – os próprios vínculos e, em relação a eles, as instituições da Coroa, as instituições eclesiásticas, os municípios – são configurados como produtores de informação diretos ou correlacionados. O vínculo, por fim, é constituído como produtor de informações oficial e legalmente aceites, uma vez que a produção e a gestão de documentos estão vinculadas ao estatuto da fundação. Uma consideração alargada do *ius archivi* subjaz a toda esta operação, uma vez que a legalidade interna dos arquivos dos vínculos não poderia ser reconhecida de outra forma¹⁶.

- Literacia informacional / comportamento de pesquisa informacional do historiador, e educação em fontes primárias

Para terminar esta incursão nas principais áreas de reconfiguração da interdisciplinaridade, é imprescindível apresentar os estudos relativos ao que chamaríamos uma nova pedagogia do arquivo. Nas suas duas vertentes – o estudo da forma como o historiador se relaciona com o arquivo e o ensino sobre o acesso à informação arquivística, por parte dos arquivistas –, este é um campo de trabalho de enorme importância quer para o historiador experiente, quer para o que se encontra em início de formação. É, porém, forçoso constatar que ambas as áreas são muito pouco conhecidas da comunidade académica historiográfica portuguesa, apesar da crescente difusão noutros países, em especial nos países anglófonos.

Sendo necessário selecionar uma imensa e constantemente aumentada produção de estudos, opta-se aqui por apresentá-los tipologicamente, de forma a ilustrar a polivalência deste trabalho fundamental. Refiram-se, em primeiro lugar, as investigações sobre o comportamento de pesquisa informacional dos historiadores em arquivos, cujos resultados são de molde a surpreender o mais acérrimo defensor do positivismo documental – referimo-nos aos estudos de uma das maiores especialistas no tema, Wendy Duff, da U. de Toronto (e colegas) (2002, 2004a, 2004b, 2008), bem como à

¹⁶ <https://www.vinculum.fcsh.unl.pt/>

proposta de modelização de Hea Lim Rhee, do Korea Institute of Science and Technology Information (Rhee, 2012). Uma outra direção deste campo de estudos é a elaboração de textos educativos sobre métodos de pesquisa e compreensão dos instrumentos de acesso (Robyns, 2001; McCoy, 2010), bem como “guidelines” elaboradas para ensinar o uso de “fontes primárias”, género de que são exemplares as da Association of college and research libraries, da Society of American Archivists. A forma de transmitir informação é de algum modo quase inversa à seguida pelos docentes de metodologias da História, dado que partem dos materiais arquivísticos e os explicam na sua integralidade, como objeto de estudo, ao invés de explicar percursos de acesso aos mesmos para colheita de dados históricos. Não menos interessante é o inquérito de fundo, inserido num projeto financiado pelo *National Endowment for the Humanities* (EUA), e realizado entre 2011 e 2012, focando as mutações nas práticas de pesquisa dos historiadores e preconizando soluções para uma muito mais eficaz literacia da informação a utilizar (em arquivos, bibliotecas, e plataformas digitais) (Rutner et al., 2012). Por fim, são desafiantes os estudos que exploram a perceção e uso pelos historiadores de instrumentos de acesso mais complexos, como as ontologias para arquivos históricos (Torou et al., 2006; Katifori et al., 2008): uma vez mais, uma leitura da maior utilidade para os docentes que iniciam os estudantes nos caminhos da pesquisa histórica, sem prestaram a devida atenção ao poder das mediações.

1.2. Conceitos e áreas comuns de reflexão e trabalho

- A reconceptualização da “fonte” na nova epistemologia das fontes históricas

Um avanço historiográfico muito relevante para o tema em revisão é o dos pressupostos teóricos da nova epistemologia das fontes históricas, que promove uma profunda reconsideração desse objeto central do trabalho historiográfico, em torno do qual se desenvolveram, no século XIX, tanto a legitimidade disciplinar como um conjunto de técnicas de análise a que se deu então o nome de “ciências auxiliares”. É possível afirmar que, desde finais do séc. XX, o trabalho feito na reconceptualização da “fonte” tem profundas repercussões na relação com o arquivo e o documento.

Como é sabido, o processo histórico que deu origem à conceção oitocentista do trabalho do historiador e do trabalho do arquivista assentou

sobre a importância das “fontes primárias” e do seu tratamento técnico. A História Oitocentista estabeleceu com o arquivo e a Arquivística uma relação que se diria laboratorial, encontrando de resto também aqui uma legitimidade científica, de algum modo similar ao grande paradigma da cientificidade oriundo das ciências experimentais. O arquivo era o local onde o historiador acadêmico ia buscar os seus materiais, devidamente tratados por um conjunto de profissionais que dominavam um conjunto de saberes imprescindível à disponibilização das “fontes”, fosse ao nível da inventariação, fosse da edição. A gradual inserção da História nas instituições acadêmicas e a sua assunção em discurso legitimador e identitário por excelência das nações europeias, ao longo do século XX, reforçou o monopólio da interpretação e análise na sua esfera, remetendo os arquivos e as “fontes” para um local não interpretativo (Jeurgens, 2005; Cook, 1997, 2009; Delmas et al., 2004; Cotta & Tolu, 2006).

Numa rapidíssima caracterização dos principais desenvolvimentos subsequentes, destacam-se, como momentos-chave, na segunda metade do século XX, a proposta de reconceptualização do documento por Jacques Le Goff em “Documento / Monumento” (1984), o interesse pelo escrito e seus usos como objeto de estudo, e as possibilidades abertas pela informática tanto a tratamentos seriais de múltiplos tipos documentais, quanto à edição de fontes, passando pela disponibilização dos acervos em linha.

Esta evolução conduziu, nas últimas três décadas, à existência de um conjunto de desenvolvimentos na historiografia que constituem a área em estudo, sobretudo em universidades francesas e alemãs, em quatro direções principais:

- a reconceptualização global em curso dos materiais do historiador, a partir do questionamento da noção de “fonte”, analisada como metáfora e não com conceito científico, tanto na linha da “história dos conceitos” de R. Koseleck como do exame crítico sistemático do uso de metáforas no conhecimento científico, em particular na História (Morsel, 2004; Kuchenbuch, 2003);
- a reclamação de atenção historiográfica para a necessidade de criar uma verdadeira “epistemologia das fontes”, trazendo para o círculo do pensamento científico historiográfico os materiais de trabalho, colocados fora dele em função de uma analogia de matriz oitocentista com a “natureza” (Anheim & Gattinara 2007; Anheim, 2012): As “fontes” são definidas como “ponto de chegada” e não como ponto de partida. Tal quer dizer que é indispensável ter em conta

o caráter socialmente construído dos materiais do historiador, desde a sua produção à conservação em arquivos; logo, a arquivagem e a transmissão documental são atos sociais que é necessário estudar em si, antes de qualquer exploração dos conteúdos. As “fontes” devem ainda ser vistas como sistema datado de apropriação do passado, a historicizar (Morsel, 2008);

- a investigação sobre tipologias documentais, seja globalmente (elaboração de *thesaurus*, projeto TEMAS (*Thesaurus of Early Modern Archival Sources*)¹⁷ (Put, 2007), e a recente dicionário de fontes editado pela École Nationale des Chartes (Duval, 2021) seja focadamente (registos, cartulários, listas, correspondência, etc) (Chastang, 2006; Angotti et al., 2020; Anheim et al., 2020; Andrieu et al., 2023; Giorgi & Occhi, 2018);
- a exigência de uma exposição clara, fazendo parte integrante do trabalho de investigação, dos procedimentos de construção desta, incluindo a formação da base documental e dos meios de acesso a esta (Anheim, 2012).

- Percursos conceptuais e áreas comuns de trabalho

Conceitos: informação, natureza da informação arquivística; contexto; autoridade disciplinar

Veja-se, agora, a forma como diferentes conceitos da área de Ciência da Informação podem ser utilizados para a colaboração interdisciplinar com a História. Não sendo evidentemente possível analisar todos os conceitos, foram selecionados os que têm maior potencial para o trabalho comum.

Desde logo, o conceito de *informação*. Enquanto em Ciência da Informação e em Ciência Arquivística é um conceito chave e amplamente discutido, consistindo no coração do trabalho científico a elaborar, na área da História ele tem sido empregue, até muito recentemente, na aceção estreita de informação de natureza política e diplomática, em geral sigilosa (Vivo, 2016; Navarro Bonilla, 2007). Nas últimas duas décadas, verificou-se um alargamento ao saber técnico, e ao “conhecimento”, em especial na historiografia alemã e inglesa (a partir em especial da obra seminal de Peter Burke (Burke, 2000-2012). Esta última linha tem evoluído para uma exploração direta do

¹⁷ <http://www.arch.be/index.php?l=fr&m=nos-projets&r=projets-de-recherche&pr=projet-temas-thesaurus-des-sources-d-archives-modernes>

“saber arquivístico”, numa perspetiva de história social e cultural, já com relevantes obras publicadas (Head, 2019; Corens et al., 2018; Friedrich, 2018). A publicação, em 2021, da enciclopédia *Information: a historical companion*, marca sem qualquer dúvida uma direção definitiva de aproximação (Blair et al., 2021).

Devem assim reforçar-se todos os caminhos que permitam conhecer e discutir o conceito de Informação da Ciência da Informação naquilo que ele permite questionar o conceito de “fonte”. Tal será extremamente útil aos historiadores, permitindo-lhe ultrapassar o carácter demasiado reificado da sua relação com os traços do passado. Diferentes áreas de trabalho de Ciência da Informação / arquivistas são particularmente úteis como pistas possíveis de aproximação. Refiram-se, em primeiro lugar os estudos sobre a forma como a arquivística organiza a informação e o conhecimento (Guercio, 2014; Lauvernier, 2012; Besson, 1980). Depois, são do maior interesse as aplicações diretas do conceito a casos históricos, avultando aqui o exame do “contador holandês” como “centro de informação”, por E. Ketelaar (2018), ou a abordagem aos tratados de organização do saber bibliográfico medievais e modernos, por Giulia Crippa, na sua relação com a mediação do conhecimento (Crippa, 2014; 2015; Araujo & Crippa, 2016). Por seu lado, a história da informação praticada pelos “information scientists” da área tecnológica e informacional (Weller, 2008; 2010; Nijenhuis et al., 2020); o projeto “The long view of systems of information”, dirigido por Alistair Black na U. de Illinois (“The past is replete with the rise, fall, and transformation of systems of information, which are not to be confused with the narrower computer-mediated world of information systems”¹⁸). Por fim, mas com enorme potencial renovador, do ponto de vista teórico, na vertente de “conhecimento” da informação, as abordagens à história da organização do conhecimento por parte do consórcio ISKO (Hjørland, 2016).

A segunda área conceptual especialmente importante e promissora na consolidação do trabalho interdisciplinar com os historiadores é a da explicação da *natureza da informação arquivística*, na definição disseminada de informação orgânica e *process bound*, que implica o conhecimento das relações contextuais, dos processos de custódia, do valor evidencial (MacNeil & Eastwood, 2017; Thomassen, 2001; Yeo, 2018) – todas as características não já, evidentemente, num fixismo técnico, mas na sua reelaboração pós-moderna e pós-archival turn (Ketelaar, 2016). Embora possa parecer estranho, é necessário e fundamental transmitir estas noções aos utilizadores de

¹⁸ <https://ischool.illinois.edu/research/projects/long-view-systems-information>

arquivos não arquivistas, tal como as formas normalizadas usadas para descrever e representar a informação (desde logo, as normas ISAD-G, ISAAR-CPF e ISDIAH, bem como as suas reconversões em curso, nomeadamente o RIC – “Records in context”, que se afigura como especialmente promissor¹⁹). A iliteracia arquivística dos historiadores, há muito referida por Elio Lodolini (Lodolini, 1989) continua disseminada e constitui um possível campo de formação por parte dos cientistas da Informação, idealmente adquirindo consistência através dos métodos do estudo de comportamento informacional, acima referidos (procedimentos de organização, as normas de descrição, os instrumentos de acesso, etc.). A informatização dos catálogos, paradoxalmente, traz uma urgência acrescida a estas formações, dado que a instantaneidade da pesquisa por palavras pode contribuir para aumentar exponencialmente a atomização da informação, bem como a eliminação de mediações, incrementando a sensação de facilidade e naturalidade daquela.

O terceiro conceito em apreço é “*contexto*” – tanto pela importância intrínseca, como pela urgência em deslindar os equívocos gerados pela partilha de um mesmo vocábulo entre as áreas disciplinares. Com efeito, contexto histórico e contexto arquivístico são noções distintas. Da parte dos historiadores, há um acentuado desconhecimento da natureza orgânica da informação arquivística; os instrumentos de descrição preferidos são os catálogos, em especial cronológicos e/ou temáticos, sem que haja uma perceção clara de possíveis atomização e reorganização da informação, em função de lógicas não arquivísticas. Da parte dos arquivistas, verificam-se duas situações quanto ao contexto histórico. Por um lado, ele é percecionado como uma narrativa de fundo normalizada, investigada, em geral, nas instâncias políticas e cronológicas do saber histórico, obliterando-se tanto a sua natureza situada, como visões historiográficas mais complexas, nomeadamente as que insistem na alteridade societal como fator influenciador da natureza das instituições produtoras de informação e de arquivos, ou na relação dos sujeitos com os documentos / arquivos, na escrituralidade como um processo lento e não linear. Por outro, estando a apresentação do contexto histórico condicionado, pela normativa arquivística atual, sobretudo ao campo do “âmbito e conteúdo”, tem de ser em geral sucinta e generalista, baseando-se em obras de síntese, nem sempre atualizadas. Sendo evidente que não se pode desenvolver uma investigação aprofundada para cada descrição, a colaboração com os historiadores revela-se essencial.

¹⁹ Podem seguir-se os desenvolvimentos oficiais na página deste grupo no ICA: <https://www.ica.org/en/about-egad>

É aqui oportuno convocar dois textos inspiradores da renovação da relação História / Arquivística, separados por quinze anos, mas reportando-se a um contínuo de reflexão: o artigo de Tom Nesmith sobre “novas contextualidades” (Nesmith, 2005) e a recente revisitação do tema por Heather MacNeil e por Randall C. Jimerson, a partir da análise do trabalho de Terry Cook.

The keynote – an early version of “The Archive Is a Foreign Country” – was an impassioned call for archivists to embrace the centrality of historical knowledge in archival work, both as the connective tissue underpinning the processes and practices associated with identifying, preserving, and making available for use records of enduring value, and as a conceptual lens for critical reflection on them. Through the work of appraising, arranging, and describing the records of a given creator, archivists are inevitably and necessarily engaged in situating those records within and across a range of contexts – provenancial, sociocultural, and technological – for the purpose of laying bare (to the extent possible) the complex of relationships, interests, and values that have impinged on and shaped them as they traveled within and across time. Through this work of contextualization, Cook argued, archivists in effect “created new archival knowledge through history – not history as historians do from the record’s content, but history as archivists do, of the record’s context. (MacNeil, 2020, p. 248)

As Cook points out, historians and archivists approach records with different questions and concerns. Historians and other researchers “create new knowledge” from the record’s content, whereas archivists contribute to knowledge production through understanding the record’s context. Content is critical in understanding what historical records can tell us, but without deep knowledge of the context in which records have been created, preserved, organized, and prepared for research use, one only glimpses part of the rich story embedded in them. Unless historians understand records as records, Cook suggests, they cannot fully grasp the meaning of their sources. Even postmodernist historians, reading the archival record both “with the grain” and “against the grain,” often miss this deeper contextuality. (Jimerson, 2020, p. 401)

O último conceito a trabalhar é o de *autoridade disciplinar*. É indispensável que os profissionais da Ciência da Informação-Arquivística, especialmente em Portugal, saibam transmitir os fundamentos daquela de forma

didática e aberta. Tal como noutras ciências sociais, o século XX foi um tempo de total reconfiguração dos saberes, em si e nas suas relações, que culminou na crítica pós-moderna que, se radical em algumas configurações, veio contribuir generalizadamente para uma importante interrogação disciplinar. Foram em especial questionadas componentes de objetividade, imparcialidade e tecnicidade do trabalho arquivístico, num processo que conduziu à redefinição de conceitos e contribui fortemente para a assunção clara e sem recuo da natureza científica da Arquivística e para a importância de um lugar académico para a mesma. A “autoridade” arquivística mudou – não se deteriorou, antes reforçou, a partir da autoexigência de exposição de certezas e fragilidades. E será aqui relevantíssimo lembrar que a História e as restantes ciências sociais passaram por um mesmo processo, embora iniciado décadas antes. Também a autoridade “tradicional” do historiador se modificou, desaparecendo a legitimidade disciplinar construída no século XIX, alargando-se enormemente o objeto de estudo, as metodologias e as teorias – sendo que, de resto, a disciplina esteve sob ataque de diferentes outras Ciências Sociais pela fragilidade que ostentava naqueles parâmetros, em resultado de uma legitimidade disciplinar fortemente metodológica e empirista. O facto destes dois processos paralelos terem sido quase desconhecidos um do outro poderá ter impedido um efeito benéfico das renovações disciplinares. É a tese da obra, fundamental e fundadora, *“Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives”* (Blouin & Rosenberg, 2013). A reavaliação do tema, feita em 2020 por Randal Jimerson, a partir dos escritos de Terry Cook, aponta para um interessante campo de trabalho comum: “promoting the archives as “a value-free site of document collection and historical inquiry, rather than a site for negotiating power, memory, and identity.” (Jimerson, 2020, p. 524).

Áreas comuns de trabalho: diplomática arquivística e identificação documental; história custodial; avaliação documental

Destaquemos agora alguns campos de trabalho com grande relevância quanto aos aportes renovadores que a Ciência da Informação e a Ciência Arquivística podem trazer à História. O primeiro campo é da diplomática arquivística e a modalidade da mesma intitulada identificação documental. Quanto à primeira, mencionem-se os trabalhos de Luciana Duranti e seus discípulos (Duranti, 1998; Consórcio InterPares²⁰), entre os quais avulta, na

²⁰ <https://interparestrust.org>

área lusófona, Heloísa Belloto (Belloto, 2014; Tognoli, 2010; 2017) – lamentavelmente pouco conhecidos pelos historiadores, o que é muito prejudicial, hoje mais do que nunca. Dada a proliferação de edições digitais e de bases de dados digitais na área da História, esta ganharia de forma notável com o conhecimento dos mesmos e a colaboração ativa dos especialistas. Por seu lado, a metodologia da identificação documental e o concomitante desenvolvimento de estudos sobre tipologias tem o maior interesse para os historiadores, dado o lamentável declínio da diplomática clássica na formação destes, bem como uma tendência de ofício para subordinar a forma ao conteúdo e para não ter em conta o meio que transmite a mensagem. São exemplificativos de abordagens de qualidade os recentes trabalhos brasileiros de Aparecida Gabrieli Fonseca e Sonia Troitiño Rodriguez (2017), Ana Célia Rodrigues (2011), D. Ardaillon (apres., 2015), bem como o já mencionado projeto do arquivista belga Eddy Put, *TEMAS*, que, não por acaso, já conheceu difusão no Brasil – ainda que dizendo respeito a tipologias arquivísticas europeias da Época Moderna, emprega uma metodologia muito semelhante à identificação documental e tem expressão digital²¹. Já do ponto de vista dos desenvolvimentos na área historiográfica, deve ainda ser feita uma chamada de atenção para um campo muito dinâmico na historiografia medieval e moderna, o dos estudos históricos e diplomáticos aprofundados sobre tipologia documentais em contexto: cartulários, documentos régios, listas, inventários de arquivos, coleções de correspondência (pp. 239-241).

Em segundo lugar, é imprescindível neste tema destacar a importância da história custodial para o incremento de trabalho colaborativo. Sendo trabalhosa para os arquivistas, e em geral negligenciada pelos historiadores utilizadores de arquivos, ela é, no entanto, totalmente relevante para o trabalho de ambos e particularmente propício a colaborações. Há já vários exemplos de boas histórias custodiais realizadas por arquivistas. Entre outros, o trabalho de Antonietta Quarta, sobre as consequências da constituição de um arquivo de Estado na unificação de Itália, no século XIX, se repercutiu no arquivo milenar de Florença (entidade comunal) (Quarta, 2015); o estudo de Christine Nougaret, sobre o “cartório de Thoours”, um dos mais importantes arquivos de família de França entrado no Arquivo Nacional na sequência da Revolução Francesa (Nougaret, 2010); na área lusófona, a tese de Marcelo Martins, sobre a custódia dos arquivos da capitania de S. Paulo (Martins, 2018), Em termos teórico-metodológicos, referiríamos a proposta

²¹ <http://www.arch.be/index.php?l=fr&m=nos-projets&r=projets-de-recherche&pr=projet-temas-thesaurus-des-sources-d-archives-modernes>

de Geoffrey Yeo, que interroga os conceitos de fundo e proveniência, bem como a distinção “produção” (orgânica) e “coleção”, a partir da realização da história custodial de um arquivo pessoal do século XVII (Yeo, 2009).

É igualmente imprescindível chamar a atenção para a questão da avaliação documental, tópico central em ambos os campos científicos, embora por razões opostas: enquanto os arquivistas avaliam (e eliminam) para assegurar a continuidade dos arquivos, os historiadores consideram que a continuidade da historiografia depende de tudo conservar. A disparidade de posições torna o tema particularmente interessante, devendo substituir-se à guerra de ideias feitas uma visão problematizante, que parta da centralidade da avaliação na transição de paradigmas na Arquivística, tal como a definiu Terry Cook, e evolua para a forma como tem vindo a ser conceptualizada como “processo societal-arquivístico” (Nesmith, 2011), na sua relação com a memória e não já só a História (acompanhando o enorme desenvolvimento do tema da “memória”, em todas as Ciências Sociais, incluindo a Arquivística, a ponto de constituir uma das bases para uma proposta de novo modelo de arquivo – o de instituição de memória social (Ketelaar, 2012; Brothman, 2001). É fundamental aludir ao problema causado pelo crescimento imparável dos registos e arquivos digitais (Yeo, 2019), demasiadas vezes encarado pelos historiadores como a solução ideal para a necessidade de “tudo guardar”. Afinal, o texto de Michel Melot, “os arquivos considerados como uma substância alucinogénia”, irónico, acutilante e certo nos seus diagnósticos, data já de 1986 (Melot, 2023, introd. Poncet, 2023).

2. No cruzamento de ciências sociais e humanas, um objeto de estudo interdisciplinar: o arquivo

“O Arquivo” pode ser considerado um dos mais fortes exemplos de objeto de estudo enriquecido conceptual e metodologicamente pela aplicação de perspetivas interdisciplinares. A partir dos anos 80 do século XX, em boa parte no contexto do pensamento pós-moderno, tem sido objeto de apropriações e reconfigurações múltiplas, por parte de praticamente todas as Ciências Sociais e Humanas – num processo por vezes sem confluência com o repensar do mesmo pelos seus profissionais e académicos próprios. O mais coeso e significativo conjunto de estudos é oriundo um campo relativamente heterogéneo, que inclui historiadores, “archival scientists” e historiadores antropólogos, e que contextualiza historicamente os arquivos e os interroga a partir da história do conhecimento, do poder, da informação

de Estado, da literacia em gestão pelo escrito, dos diferentes grupos sociais. Num segundo grupo, englobaríamos visões e revisões do arquivo oriundas de outras tradições disciplinares – Foucault, Derrida e sucessores; sociologia, estudos culturais, estudos patrimoniais; estudos artísticos. Não existe uma fronteira estanque entre os dois grupos, sendo conhecida a fundamental importância do pensamento dos dois primeiros autores, nomeadamente, em várias correntes historiográficas que (também) se interessam pelo arquivo.

2.1. A história social do arquivo; história social da informação; a antropologia histórica do arquivo

Sem minorizar o problemático alheamento de muitos historiadores em relação ao arquivo e à informação como objeto de estudo, é imperativo dizer que algumas correntes historiográficas desenvolveram, nas últimas décadas, uma reflexão complexa sobre a relação com o arquivo, recusando o simplismo utilitarista tradicional. Estes estudos salientam a historicidade dos processos de produção, conservação e disponibilização dos materiais, o que proporciona ao cientista da informação / arquivista uma espessura temporal do seu objeto de estudo e das múltiplas soluções de apropriação social e disciplinar do mesmo. Em função da respetiva importância, foram considerados três tópicos específicos quanto à atenção ao arquivo e à informação enquanto objetos de estudo, e não já como meros repositórios de informação. Em primeiro lugar, a “História social do arquivo”; depois, o campo emergente da “história social da informação”; por fim, as propostas de aplicação das perspetivas da “história antropológica” à história dos arquivos pré-modernos e / ou não ocidentais.

A história social do arquivo, tal como definida por E. Ketelaar em “Archival turn and returns” (2016), tem como objeto de estudo as práticas sociais que influenciam a criação de documentos e de arquivos, bem como, em sentido inverso, a forma como estas duas áreas influenciam a sociedade. Para o historiador, ela possibilita a compreensão do meio conceptual e cultural de criação, estruturação, processamento, avaliação, eliminação e conservação das fontes, uma área de estudo ignorada por demasiado tempo. O primeiro marco de apresentação académica de investigações, na altura pioneiras, foi a publicação na revista *Archival Science*, em 2007, dos trabalhos do seminário organizado no ano anterior, em Harvard, pelas historiadoras Ann Blair e Jennifer Milligan – não por acaso especialistas na história da organização do conhecimento –, que reuniu arquivistas e historiadores, e se constituiu como uma reunião de

balanço do campo da “Social History of Archives”. Nos anos subsequentes, deu-se uma verdadeira explosão de trabalhos neste âmbito, expressa em revistas, livros e projetos de investigação. Pouco mais de dez anos depois, a definição, balanço historiográfico e programa de trabalhos apresentados numa das mais recentes obras coletivas sobre o tema, o livro *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* (Corens et al., 2016).

Foram sendo entretantos publicadas diversos trabalhos de fôlego sobre o tema, entre os quais se destacam *The birth of the archive*, de Markus Friedrich (2018), cujo subtítulo explicita a perspetiva de onde escreve – “A history of knowledge”; *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400-1700*, de Randolph Head (2019), sob a égide da problemática da relação entre informação, arquivo, e constituição do Estado moderno; por último, o já referido *Archiving people. A social History of Dutch archives*, de Eric Ketelaar (2020), talvez a obra (e o autor) que mais se situa na charneira da Ciência da Informação, da Archival Science e da História. Em termos de grandes investigações recentemente concluídas ou em curso, devem mencionar-se *AR.C.H.I.ves – A comparative history of archives in late medieval and early modern Italy* (coordenado por Filippo De Vivo, 2012-2016)²²; *Open Jerusalem – Opening Jerusalem Archives for a Connected History of ‘Citadinité’ in the Holy City (1840–1940)* (coordenado por Vincent Lemire, 2014-2019)²³; o grande “cluster of excellence” centrado na Universidade de Hamburgo, *Understanding Written Artefacts. Material, Interaction and Transmission in Manuscript Cultures* (2019-2026)²⁴; e o ambicioso e inovador *Archival city*, coordenado por Vicent Lemire, em que um consórcio de instituições internacionais:

aims to propose new ways of accessing, viewing and using the city archives. Therefore, it is slated to become a key resource for better understanding and exploiting urban archives, and also to imagine, debate and plan the city of the future by incorporating robust data from the past. (Archival City – Bridging Urban Past and Future. *The Project*. <https://archivalcity.hypotheses.org/>)

Um segundo grupo de estudos, maioritariamente franceses, belgas e italianos, sobre a história social da escrita, debruça-se sobre a implantação

22 <https://cordis.europa.eu/project/id/284338>

23 <http://www.openjerusalem.org/project>

24 <https://www.written-artefacts.uni-hamburg.de>

dos sistemas de escrita em relação à oralidade, bem como sobre os usos políticos, culturais e sociais da escrita, com particular destaque para a escrita pragmática («écritures ordinaires / écritures grises» – Bertrand, 2015; Fossier et al., 2019), a gestão administrativa pelo escrito (Morelle, 2009), as formas de organização do saber escrito (literacy / scripturalité; tournant documentaire – Morsel, 2000; Les Annales, 2020) e a história documentária das instituições (Maire-Vigueur, 1995; Cammarossano, 1991; Lazzarini, 2008). Na área espanhola, a bibliografia é crescente e de grande qualidade; entre os muitos possíveis, destacam-se os estudos de Margarita Gómez sobre o Arquivo geral das Índias (2003), a análise minuciosa de P. L. Lorenzo Cadarso ao “documento régio na época dos Áustrias” (2001), sem esquecer os estudos de António Castillo Gómez (2016; 2020), Fernando Bouza, e outros, na área da história da cultura escrita e das práticas de escrita (2004).

O campo emergente da “História da informação” congrega um número bastante mais reduzido de obras, mas credita claramente a constituição da informação em objeto de estudo dos historiadores, configurando-se como um resultado direto e muito positivo da afirmação da Ciência da Informação e, no mundo anglo-saxónico, do *archival turn*. A sua historiografia tem-se debruçado especialmente sobre dois tipos de “objectivização” da informação – a informação política e diplomática [entre outros, Vivo, 2013; Petitjean, 2013], e o conhecimento [entre outros, Burke, 2000; 2012]. A evolução para uma conceptualização mais ampla e abstrata tem sido paulatina, mas ganhou força na área anglo-saxónica na última década. Prova de tal são o capítulo “Information als Kategorie historischer Forschung. Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff”, do livro *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (Brendecke et al., 2008), em que se propõe uma interrogação histórica da informação, vista como objeto prévio ao “conhecimento”, objeto da investigação do grupo até então; e a obra coletiva *Archives and Information in the Early Modern World* (Corens et al., 2018). Vários dos problemas tratados nestas obras, e um largo número de outros, são sintetizados na já referida enciclopédia *Information. A historical companion* (Blair, 2021).

Esta necessariamente breve evocação bibliográfica não ficaria completa sem a referência a um pequeno campo de investigação, ainda emergente, mas com propostas de grande força interpretativa, na confluência da História e da Antropologia, que se debruça sobre a produção de informação social escrita e oral, na sua complementaridade, e sobre a constituição de arquivos, tomados numa aceção ampla e não eurocêntrica / anacrónica: a antropologia histórica dos arquivos. Ela investiga aqueles fenómenos, por

um lado, em contextos ocidentais pré-modernos, isto é, anteriores à formação do mundo contemporâneo; por outro, em contextos não ocidentais, em que as noções de informação, documento, arquivo, evidência, adquirem matizes muito diversos, e nos quais a aplicação dos conceitos ocidentais pode literalmente “fazer desaparecer” práticas afins. Pode considerar que este campo teve origem em escritos de dois medievalistas: Michael Clanchy – com o livro *From memory to Written record* (Clanchy, 1993), dedicado ao processo de passagem da memória (oral, simbólica, imagética) à escrita, na Inglaterra dos sécs. XII e XIII, e que foi o trabalho verdadeiramente fundador do campo de investigação sobre a escrituralidade já referido noutras partes do texto; mais especificamente sobre arquivos, o seu estudo sobre arquivos e memória na Alta Idade Média, que foi mesmo publicado na revista *Archivaria* (Clanchy, 1980-1981); e Patrick Geary, que, a partir do estudo de monges “autores” de cartulários, em vários mosteiros alto-medievais, propõe a consideração do “arquivista medieval como autor” (Geary, 2007), indo ao encontro dos desafios contemporâneos da *Archival Science* quanto à assunção do papel ativo do arquivista na “conformação dos arquivos”. Sobre a receção e uso em termos de arquivística teórica, das propostas de ambos, é interessante ler o texto de Ricardo Punzalan na em que são identificados como pontos importantes na construção do que é tomado como um novo conceito em *Archival Science*, a “memória coletiva” (Punzalan et al., 2013).

Estas análises devem-se inserir, mais amplamente, num contexto de renovação da História medieval, vinda de vários quadrantes – a literatura e a filologia, em que autores como Paul Zumthor e Bernard Cerquiglini chamaram a atenção para a importância da oralidade na produção de informação e na comunicação medieval, bem como para a anulação da mesma que era praticada pela edição crítica de textos na sua forma canónica e erudita, que passava pela subalternização (ou mesmo apagamento) das marcas de oralidade e das variantes; e a antropologia histórica, corrente surgida em França sob impulso de Jacques Le Goff, Jean-Claude Schmitt e Georges Duby, no que toca à Idade Média, no âmbito da aproximação entre a História e a Antropologia, a interlocutora central daquela, no mundo ocidental, nas décadas de 60 a 90 do século XX (Rosa, 2017a). A influência da antropologia fez-se sentir em outros quadrantes fundamentais para uma renovação da História na sua relação com a Arquivística. Entre outros temas, a caracterização da alteridade política, jurídica e administrativa das sociedades europeias de Antigo Regime é absolutamente essencial para uma compreensão adequada das instituições produtoras de arquivos daquele período histórico, cujos fundos documentais se contam entre os mais numerosos dos

arquivos públicos, demasiadas vezes lidos e tratados como instituições da administração pública contemporânea (Rosa, 2021).

Entre o crescente número de estudos sobre as noções e as práticas de informação, documento, arquivo, evidência, em contextos não ocidentais, destaca-se outro artigo (re)fundador – de Tamar El-Leithy (2011) sobre os arquivos do Cairo medieval, no qual foram desenhadas algumas das linhas de rumo desta abordagem. O autor passa em revistas explicações de base orientalista para a “ausência de arquivos” nas sociedades do Médio Oriente pré Otomano, bem como investigações mais recentes de natureza científica, que continuam, porém, a insistir na lacuna, uma vez que partem de concepções ocidentais de produção documental legal e da sua arquivagem. Será salientada a relevância da proposta do autor de substituir o conceito de arquivo pelo de “práticas arquivísticas”, a investigar a partir da micro-história. É assim uma abordagem teórico-metodológica bem enraizada na historiografia, e uma assunção da necessidade de historicizar e localizar os conceitos, que permite reconhecer “arquivos” em produtos culturais totalmente inesperados para quem os procura com o conceito ocidental em mãos. Entre outros trabalhos que se inspiram nestas correntes, alargando ao mundo ocidental pré-moderno o conceito de “práticas arquivísticas” para descrever esse conjunto de manifestação culturais variadas a que o termo de “arquivo”, no Ocidente ainda demasiadamente ligado de forma imediata ao “arquivo nacional”/arquivos públicos, pode de facto conduzir ao anacronismo, deve citar-se a obra coletiva dirigida por Maria Pia Donato e Anne Saada, que alarga o foco da Europa aos territórios coloniais (Donato & Saada, 2019).

2.2. Ciências sociais, estudos culturais e artísticos, estudos patrimoniais

As Ciências Sociais e Humanas têm-se interessado de forma cada vez mais clara pelo arquivo, com frequência fazendo um entendimento pouco informado do que é o mesmo na área científica própria, mas abrindo interessantes pontes de diálogo. É assim relevante uma abordagem, ainda que necessariamente breve, ao interesse que “o Arquivo” tem despertado num conjunto alargado de saberes próximos das áreas que tradicional ou recentemente tratavam d’ “os arquivos”: as ciências sociais (sociologia e antropologia), os estudos culturais e artísticos e, por fim, os estudos patrimoniais. Tal justifica-se, também, pela grande presença informativa, editorial e a até mediática (no caso das manifestações artísticas, em especial) do tema. Em alguns casos, a acentuada diferença de conceptualização do objeto com a

Ciência da Informação / Arquivística – expressa por vários autores no binómio “o Arquivo” / “os arquivos” –, torna ainda mais oportuna que este heterogéneo campo seja aqui evocado²⁵.

Destacam-se os seguintes subtemas / áreas:

- O nascimento do interesse pelo Arquivo na filosofia / teoria da História em França: referência aos estudos de Foucault, nomeadamente em *A Arqueologia do Saber*, que dedica um capítulo ao arquivo enquanto dispositivo discursivo (Foucault, 1969) e em em múltiplos escritos seus posteriores; e o livro de François Derrida, que marcou indelevelmente toda uma viragem para o arquivo, por parte de (quase) todas as áreas disciplinares: *Mal d'Archive: Une Impression Freudienne* (Derrida, 1995) (cfr. a primeira receção pelos arquivistas em Hamilton, 2002);
- Os estudos culturais sobre o Arquivo, onde pontifica o livro de Caroline Steedman, *Dust: the archive and cultural history* (2002), que colocou definitivamente o arquivo nesta área disciplinar, assaz heterógenea;
- O arquivo nos estudos e performances artísticas (vejam-se a vários encontros realizados nos últimos anos em Portugal, como seja o ciclo de encontros “O que é o Arquivo”, organizado pelo Arquivo Municipal de Lisboa, em 2017, na Fundação Gulbenkian²⁶ ou, no mesmo local, no ano seguinte, a Conferência Internacional “Memória / Arquivo / Documento – Artes e Arquitectura²⁷. Em termos de síntese, refira-se a obra recente sobre “práticas de arquivo em artes performativas” (Madeira et al., 2019);
- A patrimonialização dos arquivos – entre várias outras abordagens possíveis, destaque-se uma das mais influentes iniciativas neste campo, que contribuiu fortemente para o seu desenvolvimento – o programa “Memória do Mundo”, da UNESCO, iniciado em 1992 e especialmente consagrado à preservação de bens conservados em bibliotecas e arquivos (em todos os suportes)²⁸. Sobre o Programa pode consultar-se o estudo global *The UNESCO memory of the world programme: key aspects and recent developments* (Edmondson et al., 2020);

²⁵ A relação entre antropologia e o arquivo será desenvolvida de forma extensa infra (p. 251 e ss).

²⁶ <https://gulbenkian.pt/museu/agenda/o-que-e-o-arquivo>

²⁷ <https://internationalconferencememory.weebly.com>

²⁸ <https://www.unesco.org/en/memory-world>

- Os estudos sociológicos sobre arquivos e práticas arquivísticas: apesar de ser um campo relativamente recente, há uma atenção crescente dos sociólogos tanto quanto ao uso do arquivo, como quanto à criação de arquivos estruturadas de sociologia. Exemplo de tal é o projeto colaborativo entre a *British Sociological Association* e a *British Library*, coordenado por Andrew Rackley, que identifica núcleos documentais desta instituição valiosos para o estudo de temas sociológicos²⁹, e o debate em torno na necessidade de conservar a documentação da investigação em ciências sociais, de que é emblemática a obra *Le laboratoire des sciences sociales. Histoires d'enquêtes et revisites* (Laferté et al., 2018), dado que resulta de iniciativas e encontros destinados a tal, no caso francês;
- Arquivos e comunicação cultural – a importância dos arquivos e das bibliotecas para efeitos de comunicação cultural com o público em geral, reforço de identidade local, qualificação dos conteúdos culturais em turismo, é uma outra área em crescente desenvolvimento. Um avanço decisivo foi dado pela 2ª Conferência Anual do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Girona (Espanha) em 2014, que reuniu um vasto conjunto de intervenções sobre o tema “Arquivos e indústrias culturais”³⁰, bem demonstrativo da importância deste. Como referência teórica quanto à forma de avaliar o valor cultural destes bens, e de potencializar o seu uso enquanto tal, mencione-se a obra *Do archives have value?* (Moss & Thomas, 2019).

Podem por fim referir-se alguns textos de síntese sobre esta questão: *The archive project: archival research in the social sciences* (Moore et al., 2016); *Os pensadores e a Ciência da Informação* (Segundo et al., 2012) e *Frontières d'archives. Recherches, mémoires, savoirs* (Bert & Ratcliff, 2015).

3. Construir ciência cidadã a partir das competências disciplinares e do trabalho interdisciplinar

A última parte deste texto inclui, de forma mais acentuada do que as precedentes, a apresentação de iniciativas práticas, e das reflexões a elas conexas, em que profissionais e académicos das áreas das Ciências Sociais

²⁹ <http://www.documentsresearch.net/blog/that-which-is-hidden-sociology-in-the-archives>

³⁰ <https://www.girona.cat/web/ica2014/esp/index.php>

e Humanas e da Ciência da Informação, com incidência especial na História e na Arquivística, se empenham diretamente no ativismo social e ético. Pretende-se dar a conhecer um terceiro modo de praticar a interdisciplinaridade científica – a intervenção social a partir do cruzamento de competências que desse modo são potenciadas. Serão estudados modos de participação social no âmbito da chamada Ciência Cidadã, num primeiro momento; para depois se apresentarem as principais tendências de trabalho e de reflexão em tópicos relativos à justiça social, defesa das minorias de várias ordens, descolonização das práticas de história, memória e prova.

3.1. Desafios da Ciência Cidadã

- A “História Pública”

A “História pública” (History in the public sphere, Public History³¹), desenvolveu-se no espaço europeu e americano (incluindo uma forte presença no Brasil³²) desde finais do século XX, na confluência de movimentos sobre a importância social das Ciências humanas, um contexto de desinvestimento público nas mesmas, e de pujança da área da “Ciência Cidadã”, ou “Ciência Aberta”, fortemente acarinhada pela União Europeia num contexto de promoção da diferença da ciência feita com objetivos não comerciais e em acesso aberto. A inserção nesta área não se faz sem problemas, dado o peso das ciências da natureza e das engenharias, mas é inegável que a força das ideias de ciência / cidadania pública e a capacidade da área para atrair financiamentos internacionais, nomeadamente no âmbito dos *Sustainable Development Goals*, formulados pela ONU e recentemente incluídos entre os parâmetros de avaliação científica, podem contribuir para a ampliação do lugar das Ciências Sociais e Humanas. No caso da História, os projetos de Ciência Cidadã passam com frequência pela localização, tratamento, interpretação e divulgação de documentação arquivística (e de Informação em geral). Alguns exemplos, escolhidos pela sua qualidade, mas sem pretensão

³¹ O núcleo fundador mais relevante publica a revista “The Public historian”, onde se podem encontrar as melhores informações sobre a corrente: <https://online.ucpress.edu/tph>

³² Cfr., entre outras iniciativas, o site de divulgação “Café com História”, online desde 2008 (<https://www.cafehistoria.com.br>), ou a rede brasileira de História Pública (<http://historia-publica.com.br>).

de exaustividade, ilustram de forma direta os princípios desta abordagem, e os seus resultados.

- A História Pública nos encontros nacionais sobre Ciência Aberta (2017 e 2019)³³;
- Projetos desenvolvidos em universidades e instituições nacionais:
 - Memória para Todos³⁴.
 - Cartas da Natureza: resgatar dados biológicos históricos através da Ciência Cidadã³⁵.
 - Coleções Científicas no cruzamento entre a Ciência e a Sociedade: Inovação entre a Ciência e a Sociedade (2015-2019)³⁶.
 - Oficina de História da Guarda³⁷.
 - Projeto Casas com Histórias³⁸.
 - Portugal 1914-1918³⁹.
- Ativismo arquivístico: a afirmação de uma área de ação e reflexão. A arquivística participativa e os arquivos de comunidades.

A genealogia do ativismo arquivístico difere em pontos importantes daquela da “Ciência Cidadã” em geral, bebendo diretamente em duas fontes – a identificação disciplinar preconizada pelo vários autores da “mudança de paradigma”, que passou pela capacitação do papel social do arquivista; e o trabalho direto com “arquivos” de minorias (primeiro étnicas e de género, depois, crescentemente, de migrantes, refugiados, institucionalizados), que levou à consciencialização dos arquivistas quanto à importância destes arquivos para a subsistência e mesmo salvação social dos seus produtores. Trabalhar na confluência das duas áreas é muito importante, pelos benefícios mútuos. Se a inserção do ativismo arquivístico na “Ciência Cidadã” irá ganhar das linhas teóricas que foram sendo formuladas no processo de afirmação da área, pelas sinergias geradas, por fim, pelo acesso formal a financiamentos, o “ativismo arquivístico” é uma fortíssima chamada de atenção para a

³³ <https://arquivo.pt/wayback/20171213010649/http://www.ciencia-aberta.pt/ciencia-cidada> (1.º encontro); https://www.cienciacidadada.pt/img/programa_ENCC2019_download.pdf (2.º encontro).

³⁴ <https://memoriaparatos.pt>

³⁵ https://www.uc.pt/jardimbotanico/ciencia_cidada; <https://www.zooniverse.org/projects/catedra-unesco/plant-letters/about/research>

³⁶ <http://ciuhct.org/membros/cristina-luis>

³⁷ <http://www.cei.pt/org>

³⁸ <https://portal.cm-albufeira.pt/casascomhistorias>

³⁹ <https://portugal1914.org/portal/pt/memorias/memorias-da-i-guerra-mundial-1914-1918>

importância dos “arquivos” na identidade e na sobrevivência dos grupos e dos indivíduos. Alguns textos programáticos ilustram tal claramente: dos primeiros anos do segundo milênio, James O’Toole defende a construção de uma “teologia moral dos arquivos”, fundada na noção de *historical accountability* (O’Toole, 2004); na sequência, a poderosa narrativa de Eric Ketelaar sobre a sua experiência na arquivagem dos documentos do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia, com a proposta, depois desenvolvida em diferentes locais, de uma nova forma de arquivo – a instituição de memória social (Ketelaar, 2012); como síntese dos desenvolvimentos mais recentes, o livro *The silence of the archive* (Thomas et al., 2017), que se debruça sobre algo que seria impensável na Arquivística (e na História...), poucas décadas atrás, dada a identidade disciplinar de ambas se fundar na “prova” existente: o vazio dos arquivos, o que não está lá, o silêncio e o seu impacto – e como é possível identificá-lo e colmatá-lo. Por fim, merecem referência trabalhos já existentes sobre colaborações entre os dois campos: o estudo de caso da colaboração entre historiadores públicos e arquivistas ativistas em torno dos arquivos da Cruz Vermelha (na Austrália: Oppenheimer, 2020); uma “chamada ao terreno”, através da apresentação do estudo de Sonia Yaco e Beatriz B. Hardy sobre a forma como a prática de ativismo nos dois grupos de profissionais e cientistas – historiadores e arquivistas é auto e hetero avaliada, que problemas enfrenta por parte das administrações universitárias e arquivística, e como a colaboração pode ser incentivada (Yaco & Hardy, 2013); e o importante artigo do Peter Wosh, sobre as consequências negativas da manutenção do “archival divide” em programas de História cidadã e de ativismo arquivístico (Wosh, 2018).

Para além dos livros, e porque a imagem vale por mil palavras, refiram-se dois websites:

- Website do *International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia*, mantido pela ONU, exemplar das novas propostas, tanto do ponto de vista da informação disponibilizada, como da importância e qualidade das atividades de “outreach”⁴⁰.
- A exposição virtual permanente do *International Residual Mechanism for Criminal Tribunals*, mantido pela ONU, que trata em conjunto do anterior tribunal penal e do Tribunal penal para o *Ruanda* (*International Criminal Tribunals for Rwanda*)⁴¹.

⁴⁰ (<https://www.icty.org/en>)

⁴¹ [https:// www.irmct.org/specials/glimpse-into-the-archives/index.html](https://www.irmct.org/specials/glimpse-into-the-archives/index.html)

Como dissemos, dois temas fortes nesta área merecem referência alargada: a arquivística colaborativa e os arquivos de comunidades. Tem vindo a ganhar cada vez maior importância o universo dos arquivos participativos ou da arquivística participatória, envolvendo práticas de “crowd-sourcing”, “crowd-description”. De facto, complemento de informação relativa a documentos guardados em arquivos públicos, em geral em fundos de natureza institucional, o recurso à comunidade representa em si uma abertura notável em relação ao monopólio do arquivista profissional; e os estudos demonstram que possui efeitos multiplicadores da consciência arquivística “fora do arquivo” (Caswell et al., 2016). Podem incluir-se aqui iniciativas que, mesmo sob a égide e governança de arquivos públicos, se situam na fronteira dos arquivos de comunidades. Referimo-nos a coleções e portais como a Europeia e suas congéneres em vários países europeus ou, em Espanha, aos sites do portal Pares dedicados às vítimas da Guerra Civil e do Franquismo, ou aos movimentos migratórios ibero-americanos. Embora custodiadas por instituições públicas, estas plataformas dependem fortemente da participação das comunidades, que são incluídas na elaboração dos protocolos de admissão aos sites. Entre outras coisas, a visibilidade acrescida que lhes é conferida pela formalização, ligação oficial e meios disponíveis, pode funcionar de modo positivo quanto ao aumento da consciência arquivística autónoma da sociedade civil.

- Europeia⁴².
- Europeia (14-18)⁴³, em torno da I Guerra Mundial⁴⁴.
- Portal de Víctimas de la Guerra Civil y Represaliados del Franquismo⁴⁵.
- Movimientos Migratorios Iberoamericanos⁴⁶.
- 1914-1918 – Testaments de Poilus⁴⁷.

Em relação à temática dos arquivos de comunidades, é útil principiar pelo breve historial do movimento, inserido na síntese definidora do dito, feita em 2013, por Anne Gilliland e Andrew Flinn, dois dos principais expoentes do movimento “Community Archives”, respetivamente no Reino Unido e nos Estados

⁴² <https://www.europeana.eu/portal/pt>

⁴³ <https://www.europeana.eu/pt/collections/topic/83-world-war-i>

⁴⁴ Em Portugal: <https://portugal1914.org/portal/pt/memorias/memorias-da-i-guerra-mundial-1914-1918>

⁴⁵ <http://pares.mcu.es/victimasGCFPortal>

⁴⁶ <http://pares.mcu.es/MovimientosMigratorios>

⁴⁷ <https://edition-testaments-de-poilus.huma-num.fr/>

Unidos da América. O movimento já então contava com alguns anos de existência – décadas mesmo, se se considerarem as múltiplas expressões de arquivos de instituições locais de vária natureza que os autores referenciam. A identificação (puramente voluntária) sob a bandeira de "community archives" generalizou-se em inícios do século XXI, tendo o ambiente digital desempenhado um papel fundamental na sua difusão, e tornando-se cada vez mais relevante – a ponto de ser uma característica distintiva – a autonomia em relação às instituições públicas de arquivo. Os autores indicam quais as características comuns dos "arquivos de comunidade", no que toca à forma de reunião dos documentos, à formalização da entidade detentora, aos alvos e objetivos de atuação, às estruturas e forma de governança (Gilliland & Flinn, 2013).

O conceito de "community archives" ultrapassa voluntariamente as conceções da arquivística clássica quanto à natureza dos arquivos e, em especial, quanto à distinção arquivos (orgânicos) e coleções (voluntárias). Com efeito, os arquivos de comunidades podem tanto resultar da acumulação arquivística da atividade da comunidade, como da ação de coleta e tratamento de uma comunidade sobre materiais que documentem a sua história. Do mesmo modo, esbate-se neles outra distinção tradicional, que é a feita entre as instituições de património e memória tradicionais, ou seja, arquivos, bibliotecas e museus; se esta separação tem sido também questionada a partir do prisma teórico da identificação da "informação" como objeto comum daqueles, no caso presente trata-se antes de valorizar a produção e conservação comunitária de materiais identitários, nomeadamente para fins de ativismo. A questão da identidade, por fim, adquire um papel central, a ponto de outros autores, nomeadamente nos EUA, se referirem aos "arquivos de comunidade" como "identity based community archives" ou simplesmente "identity based archives" (Caswell, 2014; Rosa, 2021).

Apresentar alguns "community archives" é uma das formas mais claras e instrutivas de ilustrar o tema e o conceito. Será útil começar pela consulta de dois importantes websites, que resultam, no caso inglês, da prática de arquivos de comunidade evoluindo para reflexões técnicas e teóricas sobre eles, e, no caso americano, de ativismo de natureza académica e teórica, para a implementação de arquivos comunitários.

- Community Archives and Heritage Group⁴⁸.
- Community Archives Lab⁴⁹.

⁴⁸ <https://www.communityarchives.org.uk>

⁴⁹ <https://communityarchiveslab.ucla.edu>

Um tipo específico de arquivos de comunidades é o promovido pelas comunidades étnicas. Difundiu-se de forma rápida e sustentada, dada a sua forte expressão e poder identitário, bem como a crescente participação de arquivistas e outros cientistas da informação nos mais importantes (que levou à inserção das coleções e arquivos em centros de investigação universitários, que mantêm o referencial identitário e cívico). Deve salientar-se que, em muitos casos, (quase) apenas nestes arquivos se conservam os registos da vida destas comunidades, ausentes, ou mal representadas, nos arquivos públicos.

- South Asian American Digital Archive⁵⁰.
- Black Cultural Archives⁵¹.
- George Padmore Institute⁵².
- Meek-Eaton Black Archives and Museum⁵³.
- Amistad Research Center⁵⁴.
- National Museum of the American Indian (NMAI) Archive Center⁵⁵.

3.2. Colaboração científica interdisciplinar e ética social

A derradeira parte deste texto aborda um dos mais atuais temas da investigação atual, comum a diferentes disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, tema este que é, também um exemplo perfeito de como a conceção do arquivo como um depósito de materiais, mas não em si, pelo historiador; e como objeto em si, mas isolado do contexto, pelos arquivistas, não permitiu a ambos os campos científicos vislumbrar a enorme riqueza analítica que reside na conceptualização do arquivo como um dispositivo de poder, totalmente central nos estados de tipo imperial e colonial, e nas mais aparentemente técnicas operações arquivísticas, formas de incluir e de excluir da sociedade – e da História.

Na sequência desta descoberta – e no contexto histórico da descolonização e da globalização –, quase como rios que estavam represados, surgiram outros novos e fundamentais atores e temas da História e da Arquivística:

50 <https://www.saada.org>

51 <https://blackculturalarchives.org>

52 <https://www.georgepadmoreinstitute.org>

53 <http://www.theblackarchives.com>

54 <https://www.amistadresearchcenter.org>

55 <https://americanindian.si.edu/explore/collections/archive>

os arquivos nativos, ou indígenas, a proteção aos arquivos de excluídos, o direito aos arquivos e aos “seus papéis” por parte dos subalternos, dos perseguidos e dos refugiados. A investigação, especialmente em Arquivística, aproxima-se cada vez mais de um ativismo de Direitos humanos, como fica claro no trabalho de Anne Gilliland, da UCLA, um exemplo possível entre muitos outros. Da parte dos historiadores, finalmente, tem tido eco a proposta de um “ethical turn”, que partilha de muitas destas preocupações e fornece um olhar de profundidade temporal e a possibilidade de exercícios comparativos, reciprocamente enriquecedores.

- Silêncios do arquivo, silêncio da sociedade: do arquivo colonial aos arquivos nativos

O arquivo colonial e os arquivos das novas nações formam o corpo de uma primeira mobilização científica, académica e cívica, ultimamente estendida aos chamados “arquivos nativos”. É importante enquadrar a questão num quadro explicativo plural, alicerçado em quatro vetores fundamentais. Em primeiro lugar, assinalando como a existência de um ambiente de reformulação teórica dos conceitos permitiu a emergência de um tema novo; em segundo lugar, caracterizando os novos locais de investigação abertos aos cientistas sociais e em especial aos historiadores, pela perspectiva arquivística renovada sobre o arquivo colonial; em terceiro lugar, esclarecendo como o ambiente entretanto criado conduziu à incorporação de um tema derivado, de enorme relevo – a construção do arquivo nacional pós-colonial, e o problema da restituição dos arquivos deslocados das antigas colónias. Em quarto lugar, caracterizando os “arquivos” indígenas, que existiram afinal a par do arquivo colonial, resistindo a este, e que continuam a existir, agora legalmente protegidos, enquanto própria de conservação de prova, história, memória e identidade dos seus produtores.

Para a constituição do campo disciplinar foram seminais os trabalhos dos antropólogos americanos Bernard Cohn e dos seus discípulos Brian Axel e Nicholas Dirks, contribuindo para uma visão totalmente diferente do arquivo colonial – que ambos, praticantes da etno-antropologia e da antropologia histórica, justamente acusaram os historiadores de passarem ao lado do seu significado como objeto de estudo:

And yet I would also advocate the need for historians to engage in an ethnography of the archive, for the archive itself reflects the forms and formations of historical knowledge that have been so markedly

shaped by their implication in the history of the state whose past it is meant to enshrine. To engage in an ethnography of the archive entails going well beyond seeing it as an assemblage of texts, a depository of and for history. The archive is a discursive formation in the totalizing sense that it reflects the categories and operations of the state itself (...).

The archive contains primary sources at the same time that it is always already a secondary trace of historical discourse. (Dirks, 2002, pp. 58-59)

Esta perspectiva parte da própria de uma postura interdisciplinar forte, entre a etnografia, a antropologia e a História, reforçada num contexto de academia pós-colonial e pós-moderna (Cohn, 1987; 1996; Dirks, 2002; Axel, 2002). Estes trabalhos participaram ainda de um interesse por uma área fortemente conexas com estudos do Archival turn e de algumas correntes historiográficas – as “formas de conhecimento”, a relação poder-saber. Reportando-se ao arquivo do colonialismo holandês, e não já britânico, como nos autores anteriores, a obra de Ann Laura Stoler veio afirmar definitivamente a importância e potencial sugestivo desta perspectiva. Editado em 2009, o livro *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* foi precedido, significativamente, de um artigo na revista *Archival Science*, então no início da sua vida editorial (Stoler, 2002). O balanço da autoria de Jacques Pouchepadass, do *Centre National de la Recherche Scientifique* (França) (2008), é importante enquanto documenta a recepção europeia de um corpo de leituras essencialmente norte-americanas; se lança sobre elas um olhar crítico, salienta a sua novidade e potencialidade, e abre-as a outras situações coloniais.

Esta corrente de estudos teve um forte impacto na archival science, que se veio juntar ao trabalho de muitos dos seus expoentes com arquivos pós-coloniais, isto é, imediatamente resultantes da descolonização ou reconstruídos a partir de démarches de recuperação nacional ou comunitária. As duas décadas do que se chamaria formação das “formulações chave” têm como balizas o artigo do Eric Ketelaar sobre “comparative archival science”, de 1997, na revista *Archivaria*, e a edição de um número especial da *Archival Science* por J. J. Ghadar e Michelle Caswell, sob o signo da “descolonização da praxis arquivística” (2019); pelo meio, é marcante o estudo fundador de uma das maiores expoentes do trabalho prático e conceptualização do novo olhar arquivístico sobre os arquivos coloniais, Jeannette Bastian, com um título que indica o programa a

seguir: *Reading Colonial Records through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation* (2006). A perspetiva de efetuar análises localizadas da “marca colonial” nas operações e princípios arquivísticos e reformular estes de acordo com a teorização pós-colonial – uma operação semelhante a realizada por Terry Cook com a reformulação pós-moderna – foi a linha de rumo seguida, com resultados da maior importância e inovação.

Com efeito, um dos principais ganhos desta corrente de estudos situa-se precisamente na linha das “marcas coloniais arquivísticas”. Mais uma vez estamos face a um elemento central na colaboração interdisciplinar – se o arquivista reconhece estas operações, o estudo históricos dos contextos coloniais permitir-lhe-á ver como estes as alteram; se o historiador conhece estes contextos, nem sempre consegue identificar essas “marcas coloniais impercetíveis” – as formas de arquivar, de classificar, de descrever, de disponibilizar, ou seja, operações arquivísticas postas ao serviço dos poderes coloniais para solidificar o poder de dominação do arquivo e do saber colonial em geral.

A prática da «*Historical archival science*» de Charles Jeurgens, que se exerce precisamente sobre práticas de arquivo e arquivos coloniais, é um caso exemplar da riqueza desta abordagem. Foi desenvolvida no âmbito do *Cultural Study Programme “Encompass: encountering a common past in Asia”*, que teve lugar na U. de Leiden (Holanda), entre 2006 e 2017. Os procedimentos de classificação da informação e dos documentos são a marca arquivística em estudo no contexto do Império colonial holandês (Jeurgens, 2005). O estudo dos sistemas de registo documental em outras administrações coloniais tem mostrado à sociedade como uma pretensa neutralidade técnica disfarçava classificações de base racista, que chegaram a fazer desaparecer os sujeitos coloniais (Darcy, 2004 no caso do *Department of Indian Affairs*, EUA; Lovering, 2010 para a administração colonial britânica na Rodésia e no Malawi). A proveniência em contexto de arquivo colonial foi revisitada nos trabalhos de Tom Nesmith quanto aos documentos das relações entre aborígenes e europeus no Canadá do século XIX, propondo um alargamento a “societal provenance” (Nesmith, 2011) e de Lori Nordland, que defende a utilização de “proveniência secundária” para uma mais correta representação da origem da informação, sua constituição em documento e posterior arquivagem de um mapa desenhado por um elemento da Hudson Bay Company (Canadá) do território de uma das tribos aborígenes com que se encontravam a negociar, no início do século XIX, a partir das informações do líder da tribo principal do território: quem deve figurar como autor do Mapa nas descrições

que dão acesso ao documento, por exemplo? O desenhador ou o fornecedor da informação? Como são descritos os padrões de localização referenciados no Mapa – de acordo com a cultura europeia ou a local? Uma ou outra resposta a questões deste tipo pode clarificar ou obscurecer a agência aborígine na descrição arquivística e, logo, as potencialidades de uso interpretativo (Nordland, 2004).

Já o estudo de Susanne Belovari sobre a espessa camada de preconceitos civilizacionais presentes nas descrições dos objetos indígenas no arquivo de um dos museus com mais rica coleção de artefactos das “Primeiras Nações” dos EUA, o *Field Museum* (Chicago), quanto à proveniência, contexto, autoria, etc., dos objetos, mostra bem como aspetos “técnicos” podem induzir em erro gerações de estudiosos e de utilizadores, contribuindo para o reforço de preconceitos étnicos (Belovari, 2013). Este tipo de estudos tem conduzido a resultado extremamente importante, ao nível da “técnica arquivística”, mas com ressonâncias globais na práticas das Ciências Sociais e Humanas – a elaboração de protocolos de descrição não racialmente ofensivos e a sua implementação formal em arquivos nacionais (Chilcott, 2019, para o caso inglês); o exame das sucessivas classificações dos documentos, ao longo dos tempos (no caso de fotografias, particularmente complexas mas muito difundidas (Opp, 2008); e a exigência de colaboração dos grupos representados nos documentos em trabalhos de classificação e descrição dos mesmos – incluindo tradições orais – (Leslie, 2002). Lauren Haberstock teorizou muito recentemente este tipo de trabalho como “descrição participativa” visando “descolonizar metodologias descritivas em arquivo” (Haberstock, 2020).

Também a questão da avaliação documental, aqui em parte presente, merece uma atenção especial – a chamada de atenção para a sua conceptualização com um processo “societário-arquivístico” como forma de evitar a destruição ou obnubilização dos documentos de minorias é feita por Tom Nesmith em mais uma reconceptualização de conceitos (Nesmith, 2011).

O acesso tem sido redescoberto como uma etapa fulcral na questão do arquivo colonial – a opacidade e o secretismo do arquivo foram tónica nos períodos de vigência dos impérios (Jeurgens, 2016) e urge agora transformá-la, abrindo-a à consulta das comunidades cujos arquivos foram as mais das vezes confiscados (Nicholls, 2016). Esta será de resto uma das formas mais pacíficas de resolver o problema, pois a questão da propriedade dos arquivos pode ser entendida na perspectiva do direito à restituição, como adiante veremos mais detalhadamente. Este tema é de enorme relevo atual – a construção do arquivo nacional pós-colonial, e o problema da restituição dos arquivos deslocados das antigas colónias. A questão da custódia, de

novo um princípio arquivístico a reformular, foi abordada em estudos de caso relativos aos arquivos do período colonial nas Ilhas Virgens, levados para os EUA (Bastian, 2001), e aos meandros e paradoxos da formação de arquivos nacionais de antigas colónias (Filipinas, Marrocos: Punzalan, 2006; Ahmed, 2018). É interessante ainda constatar que os «novos arquivos nacionais» estão a desempenhar um papel na criação de “master narratives”, à semelhança do que sucedeu na Europa oitocentista (Karabinos, 2015). Não menos importante será referir a forma como a documentação de resistência colonial foi usada previamente em ações de recomposição nacional, destacando-se aqui o caso de Timor (Nannelli, 2009) e o caso sul-africano, pelo papel que nele desempenhou um dos mais destacados autores da *Archival science*, Verne Harris, nomeadamente em *Archives and justice: a South African perspective* (2007).

O último aspeto desta constelação de questões está estritamente ligado à questão do acesso, agora entendida como direito universal, e não só dos que, no mundo ocidental, puderem usufruir de museus, desde o século XIX. Com efeito se, como é sabido, muitos destes museus foram construídos a partir da pilhagem e saque das zonas colonizadas, é apenas natural que se coloque agora a questão da restituição dos arquivos de antigas colónias, grupos politicamente perseguidos, países ou zonas derrotadas em conflitos. É aqui central a obra coletiva *Displaced archives* (2017), coordenada por James Lowry, que prossegue o tema em termos de “agenda de investigação” (Lowry, 2019). Alargando o tópico, devem referir-se tentativas de reconceitualizar princípios arquivísticos (o estudo de Bruce Montgomery sobre a “inalienabilidade dos documentos nacionais” em confronto com intenções de proteção face a danos bélicos) (Montgomery, 2010, sobre documentos curdos) e a importante proposta de Michel Vermote quanto à manutenção de “investigações de proveniência”, formalmente conceptualizadas a partir das operações de restituição de arquivos depois da Segunda Guerra Mundial, propondo afinações e adequações do conceito de “proveniência”, sublinhando a importância da construção de perspetivas partilhadas sobre o mesmo (Vermote, 2014).

Um último campo de ativismo e reflexão arquivística resultou na produção de um vasto conjunto de trabalho sobre arquivos “indígenas” ainda existentes ou reconstruídos / reconstruíveis, que colocam questões arquivísticas muito alargadas, suscetíveis de alterar as perspetivas tradicionais sobre prova, história, memória. Através de visita a diferentes sites é possível conhecer os principais locais de produção deste trabalho, nos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia:

- Indigenous Archives Collective⁵⁶.
- Office of Trust Records⁵⁷.
- Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Resource Network⁵⁸.
- Library and Archives Canada – Indigenous heritage⁵⁹.
- X̣wi7x̣wa Library (Centre for academic and community Indigenous scholarship U. British Columbia)⁶⁰.

As questões centrais aqui são o trabalho comum com as populações produtoras (ou descendentes) dos documentos, passando pelo estabelecimento de “arquivos de comunidades” (Thorpe, 2017); a redefinição dos conceitos em função dos seus parâmetros culturais (por exemplo a questão da prova – desde 1988 que as tradições orais, matéria evidencial central nas sociedades aborígenes, foram aceites no Canadá como prova legal, numa decisão que Terry Cook classifica como “marco” histórico (Cook, 2013); o esclarecimento de questões legais, como sejam a propriedade dos registos sonoros gravados junto das populações ao longo de décadas dos séculos XIX e XX, mas nunca transmitidos aquelas (Mills, 2017; Iacovino, 2010, com uma visão alargada das implicações arquivísticas, éticas e legais); a assunção política, social e cultural do papel central dos arquivos da identidade dos grupos (Wareham, 2001).

Uma clara demonstração da importância deste trabalho quanto à elaboração de novas práticas arquivísticas reside na elaboração de protocolos de relacionamento e de trabalho sobre arquivos indígenas preparados pelas autoridades ou associações de arquivistas australianos, canadianos e norte-americanos:

- *Australian librarian and information Services (ALIA) – Libraries and information services and indigenous peoples*⁶¹.
- Callison, Camille, Jonathan Pringle, and Alissa Cherry. *Canadian Perspectives and Recommendations for Indigenous Archives*⁶².

56 <https://indigenousarchives.net>

57 <https://www.doi.gov/ost/office-trust-records>

58 <https://atsilirn.aiatsis.gov.au>

59 <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/discover/aboriginal-heritage/Pages/introduction.aspx>

60 <https://xwi7xwa.library.ubc.ca>

61 <https://read.alia.org.au/libraries-and-information-services-and-indigenous-peoples>

62 <https://www.sustainableheritagenetwork.org/digital-heritage/2015-atalm-archives-summit-canadian-perspectives-and-recommendations-indigenous>

- *Society of American Archivists* (2018) – *Endorsement of Protocols for Native American Archival Materials*⁶³.

- Excluídos do arquivo e o direito universal ao arquivo

Na sequência do trabalho realizado em arquivos indígenas e de minorias étnicas, desenvolveu-se um campo global sobre a questão do “direito universal ao arquivo”. A partir de trabalhos com comunidades de refugiados e de perseguidos, têm sido definidas várias direções, destacando-se a educação arquivística para a inclusão, não racista e democrática; os estudos de casos de ativismo arquivístico que resultaram em compensações e reposição de justiça; as formas de identificar e colmatar os “silêncios dos arquivos”; os erros oriundos de ignorar os arquivos como dispositivos de segregação e eliminação (Harris, 2007; Delva & Adams, 2016; Chilcott, 2019; Flinn, 2011; Thomas et al., 2017).

Em paralelo, foram desenvolvidas formas práticas de efetivar este tipo de trabalho. Exemplo acabado de tal é o website «Archivists against history repeating itself», coordenado por Michelle Caswell, professora na *School of Information Studies* da U. Califórnia – Los Angeles (UCLA), na página *Against white supremacy in the archives*, e analisados os materiais didáticos aí propostos (posters e guião de exercícios)⁶⁴. A um nível mais global, refiram-se as propostas de formalizar, junto das instâncias sociais e políticas, o direito ao arquivo, reforçado nas suas potencialidades de instrumento de exigência de justiça social (Jimerson, 2009). É exemplar de tal o trabalho desenvolvido por Anne Gilliland em torno de arquivos de refugiados, definindo um papel e um lugar para o ativismo arquivístico no enquadramento político e social que são os “grandes desafios sociais”, a partir do site do *Center for Information as evidence* (UCLA), por ela dirigido⁶⁵. Revestem-se de particular importância a *Refugee Rights in Records Initiative*⁶⁶ e o *Refugee Rights In Records Framework*, que esteve em consulta pública até julho de 2020⁶⁷.

⁶³ <https://www2.archivists.org/statements/saa-council-endorsement-of-protocols-for-native-american-archival-materials>

⁶⁴ <http://www.archivistsagainst.org/activities>

⁶⁵ (<https://informationasevidence.org>)

⁶⁶ <https://informationasevidence.org/refugee-rights-in-records>

⁶⁷ <https://informationasevidence.org/framework>

- Contributos do ethical turn em História

Da parte dos historiadores, a emergência do “ethical turn” vem colocar a possibilidade de um olhar com profundidade temporal acrescida ao trabalho realizado pelo ativismo anteriormente analisado. A questão das bases éticas da investigação histórica foi colocada inúmeras vezes nas últimas décadas, a partir da ambição em contribuir para a construção de sociedades mais justas através de um olhar em profundidade sobre o passado, porém rejeitando qualquer supremacia magistral (a perspectiva da “História mestra da vida”). A recente formulação em termos de “viragem” – que, apesar de um lado quase publicitário, tem a vantagem de ajudar a unificar perspectivas –, teve como local de nascimento a historiografia medievalística. O “ethical turn” surge pela primeira vez mencionado na obra *Why the Middle Ages Matter: Medieval Light on Modern Injustice* (Chazelle, 2012). O subtítulo exprime a forma de relacionamento proposto e, se bem que metaforicamente, vai para além da analogia simples. O livro percorre vários temas, formulados propositadamente de forma atual, sobre os quais à primeira vista o medievalista julgaria ter pouco a dizer, em termos de relevância para a sociedade contemporânea: refugiados, deslocados, vítimas de discriminação sexual, vítimas de abuso eclesiástico, doentes em estado terminal, prisioneiros. Os autores, a partir das suas investigações monográficas, demonstram, porém, como todas estas condições têm o seu passado, e como as soluções encontradas na Idade Média para as aliviar podem ter réplicas atuais. Uma recente e bela formulação desta tendência encontra-se no sugestivo texto de G. Spiegel, sobre o “Futuro do passado” (2014), no qual a historiadora se interroga sobre as bases éticas da História. Fá-lo a partir de um tema atual e fraturante, os traumas civilizacionais brutais das perseguições étnicas, do Holocausto a várias posteriores. A História não basta como explicação, e muito menos como forma de recomposição social, e é esse outro olhar sobre o passado, a “memória”, que surge como no seu lugar. A ultrapassagem de uma irreconciliável dicotomia entre ambas, ou pelo menos a não subalternização da “memória” como discurso legítimo, pela História, é uma das propostas da autora.

Deve assinalar-se a existência de um debate semelhante entre os cientistas da Informação e os arquivistas. Os “arquivos” devem sofrer um processo de transformação, que enquadre precisamente as “memórias”, e que reconheça ao mesmo tempo o carácter parcial de muita da documentação “oficial” neles depositada, à qual a história oitocentista e de inícios do século XX conferiu demasiada bondade. Eric Kettelaar fala precisamente a partir de experiências limite de História / memória invocadas por Spiegel, a das

“comissões de verdade e reconciliação”, ou dos “tribunais penais internacionais para crimes de Guerra”; e quanto à forma de custódia dos materiais propõe uma nova fórmula, a “instituição de memória social”, que albergue documentos de todas as proveniências e tipos (incluindo memórias míticas, historicamente “erradas”, conflituais), e que sirva tanto as administrações como os historiadores, mas inclua o terceiro elemento, que é a comunidade que passou pelo momento traumático e que assim é ajudada a recompor-se, a verdadeiramente ultrapassá-lo, aceitando a pluralidade de leituras (Ketelaar, 2012).

Será indispensável introduzir informação sobre o modo como os historiadores destas correntes percecionam a ligação entre os dados do passado e a intervenção ética no presente. As formas de raciocínio histórico usadas nestes exercícios têm de evitar o uso da analogia simples, teorizando um pensamento comparativo complexo. Um caso muito comum, o uso anacrónico do termo “Idade Média” pelos políticos e media, permite ver como Gabrielle Spiegel, que é uma das mais importantes teóricas atuais da historiografia, mesmo se concordando em denunciar tal, chama a atenção dos historiadores para o uso indiscriminado do termo “medieval” nos seus próprios escritos e para uma inerência, ou capacitação automática, que daria o estudo de fenómenos históricos, quanto à análise de outros “similares”, no presente dos mesmos historiadores (Spiegel, 2008). Respondendo à crítica, outros medievalistas defenderam que os estudos de perspectiva temporal alargada permitiriam ao historiador “pensar um presente diferente do que ele sempre foi” questionando as periodizações e temporalizações tradicionais. Às genealogias da História substituir-se-iam assim, *entanglements*: sobreposições, ou, literalmente, “emaranhamentos” (Joy, 2009).

Também a propósito da aplicação de conceitos “do presente” ao passado a discussão tem sido acesa, destacando-se precisamente o conceito de “colonialismo” e a aplicação de metodologias “pós-coloniais”. Entre outros, Gabrielle Spiegel relembrou os perigos do anacronismo e da analogia simplista (Spiegel, 2000), conduzindo ao repensamento daqueles usos por diferentes historiadores que os aplicavam. Na continuidade do debate, é emblemático o estudo de Bruce Holsinger sobre a influência da historiografia dos medievalistas dos *Annales* sobre o colectivo indiano *Subaltern Studies*, demonstrando em abordagens pós-coloniais clássicas, como trabalhos dos *Subaltern Studies*, os medievalistas se sentem imediatamente na presença de temas que lhes são transmitidos na formação básica: existência de centros controladores do saber / poder, monopólios da escrita / cultura letrada, persistência perseguida das formas “populares” de cultura e organização

social, dimensão estruturante do parentesco, etc., (Holsinger, A questão passou a ser regularmente tratada em quase todas as obras de medievalistas que seguem a corrente, desde então, com diversas formas de a resolver. Reconheceu-se a necessidade de evitar um uso anacrónico dos conceitos, insistindo na necessidade de teorizar a analogia entre as sociedades medievais e as coloniais criadas pela Europa moderna. Os estudos pós-coloniais foram interrogados nos seus simplismos relativos à Idade Média e o “orientalismo” dotado de um passado mais antigo e uma história mais complexa; um último ganho foi a investigação de “colonizações académicas”, assunto pouco cómodo mas que ganha surpreendentes cambiantes se olhado assim – não só a História medieval subiu às universidades num mundo colonial, como os países europeus estabeleceram entre si, ao nível das historiografias medievais, relações de centro / periferia, metrópole normalizadora / colónias exóticas (Rosa, 2017a).

Feita esta contextualização, podem referir-se, a título de exemplo, alguns estudos históricos que podem permitir dar uma profundidade temporal maior, e abrir o leque de abordagens analíticas, às questões do ativismo arquivístico em apreço. Em primeiro lugar, estudos sobre deslocamentos de arquivos devido a perseguições religiosas, como seja o de Lisbeth Corens sobre a forma como os católicos ingleses conservaram os seus documentos durante a perseguição dos séculos XVII e XVIII, construindo um “contra-arquivo” da Diáspora (Corens, 2016); ou, fazendo também uma ponte com os arquivos coloniais, a análise de Alfonso Rubio Hernandez sobre o papel do dispositivo de controle da escrita e do arquivo, após a conquista de Granada no final do século XV (2012). Uma fileira de estudos históricos muito significativa é a que se dedica ao saber imperial e colonial, tendo vindo recentemente a aproximar-se da questão do arquivo. Destacam-se aí os trabalhos relativos ao controle administrativo e pela escrita no caso espanhol, que desperta crescente interesse (Burns, 2010; Brendecke, 2012), bem como sobre os impérios inglês (Richards, 1993) e holandês (Ballantyne, 2003). Estes trabalhos abrem a uma maior profundidade temporal perspectivas já referidas, em especial a abordagem antropológica do arquivo colonial de N. Dirks e Laura Stoler.

Demonstrando a validade da perspetiva histórica quanto aos arquivos indígenas e ao uso do arquivo no empoderamento das minorias, deve por fim mencionar-se um conjunto de obras recentes sobre a forma como os índios e os escravos, no contexto brasileiro do Império português, se relacionaram com as instituições judiciais quanto à exigência de informação, indiciando e existência de “arquivos” próprios, capacidade autónoma de mobilização e de preparação de informação administrativa (Oliveira, 2020;

Prado, 2019; Neumann, 2007; 2014); e o projeto pioneiro “Arquivos coloniais nativos: Micro-histórias e comparações” financiado pela FCT, que decorreu entre 2018 e 2021 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob coordenação de Ricardo Roque (2022).

No termo deste percurso, será oportuno lembrar os pontos de partida: por um lado, a valorização de um ensino universitário assente na qualidade e na atualização sustentada dos docentes; por outro, a relevância do conhecimento científico aberto, informado, plural nos seus paradigmas, não prescritivo. Os enquadramentos académicos não podem sobrepor-se a estes dois princípios, sob pena de se reforçarem bloqueios no sentido de uma modernidade muito necessária – quase vital, dir-se-ia – para a verdadeira credibilização de campos científicos ainda emergentes em Portugal, que têm também a seu cargo património que devem estudar e defender. Esta credibilização passa, como sabemos, por caminhos ainda em construção, e que têm de completar etapas indispensáveis: criação de centros de investigação internacionalmente avaliados, crescimento da publicação exogâmica, obtenção de projetos capazes de competir nos concursos mais prestigiados – porque enquadrando-se em paradigmas científicos não fechados sobre si próprios; enfim, como acontece nos melhores centros de ensino internacional, formações universitárias atualizadas e sem modelos únicos. Podemos apenas desejar que, dentro dos limites que tem, este artigo possa contribuir para a construção desse caminho.

Referências

- Ahmed, S. (2018). Archives du Maroc? The official and alternative national archives of Morocco. *Archives and Manuscripts*, 46(3), 255-268. <https://doi.org/10.1080/01576895.2018.1558408>
- Andrieu, É., Chastang, P., Delivré, F., Morsel, J., & Theis, V. (Eds.). (2023). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – III. Listes, temps, espace*. Éditions de la Sorbonne.
- Angotti, C., Chastang, P., Debiais, V., & Kendrick, L. (Eds.). (2020). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – I. Écritures de la liste*. Éditions de la Sorbonne.
- Anheim, É. (2004). Fabrique des archives, fabrique de l’histoire. *Revue de Synthèse*, 125(1), 1-14. <https://doi.org/10.1007/BF02963690>
- Anheim, É. (2012). L’historien au pays des merveilles? Histoire et anthropologie au début du XXe siècle. *L’homme*, (203-204), 399-427. <https://doi.org/10.4000/lhomme.23239>

- Anheim, É. (2019). Science des archives, science de l'Histoire. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 74(3-4), 507-520. <https://doi.org/10.1017/ahss.2020.56>
- Anheim, É., & Gattinara, E. C. (2007). Introduzione. *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, (2), 7-28. <https://www.rivisteweb.it/doi/10.7376/72410>
- Anheim, É., Feller, L., Jeay, M., & Milani, G. (Eds.). (2020). *Le pouvoir des listes au Moyen Âge – II. Listes d'objets, listes de personne*. Éditions de la Sorbonne.
- Araujo, A. V. F., & Crippa, G. (2016). Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária de Bibliotheca Universalis, de Conrad Gesner. *InCID: Revista De Ciência Da Informação E Documentação*, 7(esp), 224-241. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp224-241>
- Archival City – Bridging Urban Past and Future. *The Project*. <https://archivalcity.hypotheses.org/>
- Ardailon, D. (2015). Apresentação. In A. M. A. Camargo, B. Delmas, D. Ardailon, H. L. Bellotto, J. W. Smit, M. G. Ruy Pérez, S. R. Costa, & S. M. T. Rodriguez, *Dar nome aos documentos: da teoria à prática* (pp. 8-12). Instituto Fernando Henrique Cardoso. https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf
- Axel, B. (Ed.). (2002). *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures* (pp. 47-65). Duke University Press.
- Ballantyne, T. (2003). Rereading the nation-State: Colonial Knowledge in South Asia (and Beyond). In A. Burton (Dir.), *After the Imperial Turn: Thinking with and through the Nation* (pp. 102-121). Duke University Press.
- Bastian, J. A. (2001). A Question of Custody: The Colonial Archives of the United States Virgin Islands. *American Archivist*, 64(1), 96-114. <https://www.jstor.org/stable/40294161>
- Bastian, J. A. (2006). Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. *Archival Science*, 6(3-4), 267-284. <https://doi.org/10.1007/s10502-006-9019-1>
- Bastian, J. A. (2016). Moving the margins to the middle: reconciling 'the archive' with the archives. In F. Foscarini, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 3-20). Facet Publishing.
- Bastian, J. A., & Yakel, E. (Eds.). (2020). *Defining a discipline: Archival research and practice in the twenty-first century: essays in honor of Richard J. Cox*. Society of American Archivists.
- Bellotto, H. L. (2014). Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e descendentes. In H. L. Bellotto, *Arquivo: estudos e reflexões*. Ed. UFMG.
- Belovari, S. (2013). Professional minutia and their consequences: provenance, context, original identification, and anthropology at the Field Museum of Natural History, Chicago, Illinois. *Archival Science*, 13(2-3), 143-193. <https://doi.org/10.1007/s10502-013-9202-0>
- Bert, J. F., & Ratcliff, M. J. (Dir.). (2015). *Frontières d'archives : Recherches, mémoires, savoirs*. Éditions des Archives contemporaines.
- Bertrand, P. (2015). *Les écritures ordinaires : Sociologie d'un temps de révolution documentaire, entre royaume de France et empire (1250-1350)*. Publications de la Sorbonne.
- Besson, A. (1980). *Medieval Classification and Cataloguing: Classification Practices and Cataloguing Methods in France from the 12th to 15th Centuries*. (4^o ed.). Clover Publications.

- Black, A., & Brunt, R. (1999). Information management in business, libraries and British military intelligence: towards a history of information management. *Journal of Documentation*, 55(4), 361-374. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007150>
- Blair, A., Duguid, P., Goeing, A.-S., & Grafton, A. (Eds.). (2021). *Information: A Historical Companion*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1pdrbbs>
- Blouin, F. X. (2019). Epilogue: a perspective on the archival divide. In M. L. Rosa, A. B. Gago, M. J. A. Sousa, & R. S. Nóvoa (Coords.), *Recovered voices, newfound questions: Family archives and historical research (14th to 19th centuries)* (pp. 367-378). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Blouin, F. X., & Rosenberg, W. G. (Eds.). (2007). *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (pp. 106-113). Michigan University Press.
- Blouin, F. X., & Rosenberg, W. G. (2013). *Processing the Past: Contesting Authorities in History and the Archives*. Oxford University Press.
- Boonstra, O., Breure, L., & Doorn, P. (2006). *Past, present and future of historical information science*. (2^a ed.). DANS – Data Archiving and Networked Services.
- Bouza, F. (2004). *Communication, knowledge, and memory in early modern Spain*. University of Pennsylvania Press.
- Brendecke, A. (2012). *Imperio y información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Iberoamericana / Vervuet Verlag.
- Brendecke, A., Friedrich, M., & Friedrich, S. (2008). Information als Kategorie historischer Forschung: Heuristik, Etymologie und Abgrenzung zum Wissensbegriff. In A. Brendecke, M. Friedrich, & S. Friedrich (Eds.). *Information in der Frühen Neuzeit: Status, Bestände, Strategien* (pp. 11-44). LIT-Verlag.
- Brothman, B. (2001). The past that archives keep: memory, history, and the preservation of archival records. *Archivaria*, (51), 48-80. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12794>
- Burke, P. (2000). *A Social History of Knowledge: From Gutenberg to Diderot*. Polity Press.
- Burke, P. (2012). *A Social History of Knowledge. Volume II: From the Encyclopédie to Wikipedia*. Polity Press.
- Burns, K. (2010). *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Duke University Press Books.
- Caswell, M. (2014). Inventing new archival imaginaries: theoretical foundations for identity-based community archives. In D. Daniel, & A. Levi (Eds.), *Identity palimpsests, Archiving ethnicity in the US and Canada* (pp. 35-55). Litwin Books.
- Caswell, M. (2016). "The Archive" is Not an Archives: On Acknowledging the Intellectual Contributions of Archival Studies. *Reconstruction: Studies in Contemporary Culture*, 16(1), <https://escholarship.org/uc/item/7bn4v1fk>
- Caswell, M., Cifor, M., & Ramirez, M. H. (2016). To Suddenly Discover Yourself Existing: Uncovering the Affective Impact of Community Archives. *The American Archivist*, 79(1), 56-81. <https://doi.org/10.17723/0360-9081.79.1.56>
- Chastang, P. (2006). Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale. *Cahiers de civilisation médiévale*, 49(193), 21-32. <https://doi.org/10.3406/ccmed.2006.2928>
- Chazelle, C., Doubleday, S., Lifshitz, F., & Remensnyder, A. G. (Eds.). (2012). *Why the Middle Ages matter: Medieval light on modern injustice*. Routledge.

- Chilcott, A. (2019). Towards protocols for describing racially offensive language in UK public archives. *Archival Science*, 19(4), 359-376. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09314-y>
- Clanchy, M. (1980-1981). "Tenacious letters": archives and memory in the Middle Ages. *Archivaria*, (11), 115-125. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10842>
- Clanchy, M. (1993). *From Memory to Written Record: England, 1066-1307*. (2ª ed.). Blackwell.
- Cohn, B. S. (1987). *An Anthropologist Among Historians and Other Essays*. Oxford University Press.
- Cohn, B. S. (1996). *Colonialism and its Forms of Knowledge: the British in India*. Princeton University Press.
- Conde y Delgado de Molina, R. (2008). *Reyes e archivos en la Corona de Aragón: Sete siglos de reglamentación y praxis archivística (siglos XII-XIX)*. Institución Fernando el Católico (C.S.I.C.).
- Cook, T. (1997). What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, (43), 17-63. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175>
- Cook, T. (2009). The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape. *The Canadian Historical Review*, 90(3), 497-534.
- Cook, T. (2013). Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science*, 13(2-3), 95-120. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9180-7>
- Corens, L. (2016). Dislocation and Record-Keeping: The Counter Archives of the Catholic Diaspora. In L. Corens, K. Peters, & A. Walsham (Eds.), *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* (pp. 269-287). Oxford University Press.
- Corens, L., Peters, K., & Walsham, A. (Eds.). (2016). *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe*. Oxford University Press.
- Corens, L., Peters, K., & Walsham, A. (Dir.). (2018). *Archives and Information in the Early Modern World*. Oxford University Press.
- Cotta, I., & Tolu, R. M. (Eds.). (2006). *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo: Alle radici dell'identità culturale europea*. Direzione generale per gli rchivi.
- Cox, R. J. (2000). *Closing an era: Historical perspectives on modern archives and records management*. Greenwood Press.
- Crippa, G. (2014). Alguns tratados sobre bibliotecas como fontes para a história da organização para a mediação da informação. *Informação & Informação*, 19(2), 78-97. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p78>
- Crippa, G. (2015). Cassiodoro e as *Institutiones divinarum litterarum* como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento. *Informação & Informação*, 20(2), 86-117. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p86>
- Darcy, S. (2004). The Evolution of the Department of Indian Affairs' Central Registry Record-Keeping Systems: 1872-1984. *Archivaria*, (58), 161-171. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12482>

- Delmas, B., & Nougaret, C. (Dir.). (2004). *Archives et nations dans l'Europe du XIXe siècle*. Publications de l'École nationale des chartes. <http://doi.org/10.4000/books.enc.640>
- Delva, M., & Adams, M. (2016). Archival ethics and indigenous justice: conflict or coexistence? In F. Foscari, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 147-172). Facet Publishing.
- Derrida, F. (1995). *Mal d'archive : une impression freudienne*. Galilée.
- Dirks, N. (2002). Annals of the Archive: Ethnographic Notes on the Sources of History. In B. Axel (Ed.), *From the Margins: Historical Anthropology and Its Futures* (pp. 47-65). Duke University Press.
- Donato, M. P., & Saada, A. (2019). *Pratiques d'archives à l'époque moderne. Europe, mondes coloniaux*. Garnier.
- Douglas, J. (2020). Archiving's "Archival Turn": Looking Back on the History / Archives Debate in Canada. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 70-108). Society of American Archivists.
- Duff, W. M., & Cherry, J. M. (2008). Archival Orientation for Undergraduate Students: An Exploratory Study of Impact. *The American Archivist*, 71(2), 499-529. <http://www.jstor.org/stable/40294528>
- Duff, W. M., & Johnson, C. A. (2002). Accidentally found on purpose: information-seeking behavior of historians in Archives. *The Library Quarterly*, 72(4), 472-496. <http://www.jstor.org/stable/40039793>
- Duff, W. M., Craig, B. L., & Cherry, J. M. (2004a). Historians' Use of Archival Sources: Promises and Pitfalls of the Digital Age. *The Public Historian*, 26(2), 7-22. <https://doi.org/10.1525/tph.2004.26.2.7>
- Duff, W. M., Craig, B. L., & Cherry, J. M. (2004b). Finding and Using Archival Resources: A Cross-Canada Survey of Historians Studying Canadian History. *Archivaria*, (58), 51-80. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12478>
- Duranti, L. (1998). *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Scarecrow Press.
- Duval, F. (Dir.). (2021). *En quête de sources. Dictionnaire critique*. École Nationale des Chartes.
- Edmondson, R., Jordan, L., & Prodan, A. C. (Eds.). (2020). *The UNESCO memory of the world programme: key aspects and recent developments*. Springer.
- El-Leithy, T. (2011). Living documents, dying archives: towards a historical anthropology of medieval rchiv archives. *Al-Qantara*, 32(2), 389-434. <https://doi.org/10.3989/alqantara.2011.v32.i2.262>
- Flinn, A. (2011). Archival Activism: Independent and Community-led Archives, Radical Public History and the Heritage Professions. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*, 7(2), 1-20. <https://doi.org/10.5070/D472000699>
- Fonseca, G. A., & Rodriguez, S. M. T. A. (2017). Identificação documental: trajetória, teoria e questionamentos. In M. Borges, & E. Casado (Coords.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação, atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 1405-1413). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20.
- Fossier, A., Petitjean, J., & Revest, C. (Dir.). (2019). *Écritures grises : Les instruments de travail des administrations (XIIe-XVIIe siècle)*. École des chartes / École française de Rome.

- Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Gallimard.
- Friedrich, M. (2018). *The birth of the archive: a history of knowledge*. University of Michigan Press.
- Geary, P. (2007). Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory. In F. X. Blouin, & W. G. Rosenberg (Eds.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (pp. 106-113). Michigan University Press.
- Generelo, J. J., & López, A. M. (Coords.). (1998). *Historia de los archivos y de la rchivística en España*. Universidad de Valladolid.
- Ghaddar, J. J., & Caswell, M. (2019). "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. *Archival Science*, 19(2), 71-85. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09311-1>
- Gilliland, A. (2014). *Conceptualizing 21st-Century Archives*. Society of American Archivists.
- Gilliland, A. J., McKemmish, S., & Lau, A. J. (Eds.). (2016). *Research in the Archival Multiverse*. Monash University Publishing.
- Gilliland, A., & Flinn, A. (2013). Community Archives: What Are We Really Talking About? In L. Stillman, A. Sabiescu, & N. Memarovic (Eds.), *Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives meets Community Informatics: Prato CIRN Conference* (pp. 1-23). Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University.
- Giorgi, A., & Occhi, K. (Eds.). (2018). *Carteggi tra basso medioevo ed età moderna: Pratiche di redazione, trasmissione e conservazione*. Il Mulino.
- Gómez, A. C. (2016). The New Culture of Archives in Early Modern Spain. *European History Quarterly*, 46(3), 545-567. <https://doi.org/10.1177/0265691416649100>
- Gómez, A. C. (2020). *Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na história (séculos XVI-XX)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Gómez, M. G. (2003). *Actores del Documento: Oficiales, archiveros y escribientes de la Secretaría de Estado y del Despacho Universal de Indias durante el siglo XVIII*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Guercio, M., Tavoni, M. G., Tinti, P., & Galli, P. V. (Dirs.). (2014). *Disciplinare la memoria: Strumenti et pratiche nella cultura scritta (secoli XVI-XVIII): Atti del convegno internazionale (Bologna, 13-15 marzo 2013)*. Patròn editore.
- Haberstock, L. (2020). Participatory description: decolonizing descriptive methodologies in archives. *Archival Science*, 20, 125-138. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09328-6>
- Hamilton, C., Harris, V., Tayler, J., Pickover, M., Reid, G., & Saleh, R. (2002). *Refiguring the Archive*. Springer.
- Harris, V. (2007). *Archives and justice: a South African perspective*. Society of American Archivists.
- Head, R. (2019). *Making archives in early modern Europe: proof, information and political record-keeping, 1400-1700*. Cambridge University Press.
- Hildesheimer, F. (1997). *Les Archives de France : Mémoire de l'Histoire*. Honoré Champion.
- Hjørland, B. (2016). Knowledge organization (KO). In B. Hjørland, & C. Gnoli (Eds.), *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization

- Holsinger, B. W. (2002). Medieval Studies, Postcolonial Studies, and the Genealogies of Critique. *Speculum*, 77(4), 1195-1227. <https://doi.org/10.2307/3301217>
- Horsman, P. J. (2009). *Abuysen ende desordien : archiefvorming en archivering in Dordrecht, 1200-1920* [PhD thesis, Amsterdam Institute for Humanities Research]. UvA-DARE (Digital Academic Repository). <https://dare.uva.nl/search?identificer=74356164-d825-479a-b18a-51a292c78c76>
- Horsman, P. J., & Ketelaar, E. (2014). *Archival history*. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Sciences* (pp. 53-57). Rowman & Littlefield Publishers.
- Iacovino, L. (2010). Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. *Archival Science*, 10(4), 353-372. <https://doi.org/10.1007/s10502-010-9120-3>
- Jeurgens, C. (2005). *Historians and archivists: two disciplines working with the same papers*. Leiden University.
- Jeurgens, C. (2016). The bumpy road to transparency: access and secrecy in 19th-century records in the Dutch East Indies. In F. Foscarini, H. MacNeil, G. Oliver, & B. Mak (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and theories* (pp. 127-145). Facet Publishing.
- Jeurgens, C. (2019). The insatiable archive: Regime change and information control in the Dutch Colonial Empire, c. 1795-1825. In M. P. Donato, & A. Saada (Eds.), *Prati'ues d'archiv's à l'époque m oderne: Europe, mondes coloniaux* (pp. 391-416). Classiques Garnier.
- Jimerson, R. C. (2009). *Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice*. Society of American Archivists.
- Jimerson, R. C. (2020). Power, memory, and identity: Explaining the Archival Landscape to Historians. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 518-568). Society of American Archivists.
- Joy, E. (2009, março 25). *Signaling to Each Other from Inscrutable Depths: A Response to Gabrielle's Spiegel's "'Getting Medieval': History and the Torture Memos*. In the Middle – peace love & the middle ages. <https://www.inthemedievalmiddle.com/2009/03/signaling-to-each-other-from.html>
- Karabinos, M. (2015). The Role of National Archives in the Creation of National Master Narratives in Southeast Asia. *Journal of Contemporary Archival studies*, 2(4), 1-8. <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol2/iss1/4>
- Katifori, A., Torou, E., Vassilakis, C., & Halatsis, C., (2008). *Supporting Research in Historical Archives: Historical Information Visualization and Modeling Requirements* [Paper presentation]. 12th International Conference Information Visualisation, Londres. <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&number=4577922&isnumber=4577908>
- Ketelaar, E. (1997). The Difference Best Postponed? Cultures and Comparative Archival Science. *Archivaria*, (44), 142-148. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12201>
- Ketelaar, E. (2012). Truths, Memories and Histories in the Archives of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. In H. G. Van Der Wilt, J. Vervliet, G. K. Sluiter, & J. Th. M. Houwink ten Cate (Eds.), *The Genocide Convention: The Legacy of 60 years* (pp. 201-221). Nijhoff.
- Ketelaar, E. (2016). Archival turn and returns. In A. J. Gilliland, S. McKemmish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 228-268). Monash University Publishing.

- Ketelaar, E. (2018). The Dutch comptoir as information centre. *Archival Science*, 18(4), 333-341. <https://doi.org/10.1007/s10502-018-9298-3>
- Ketelaar, E. (2020). *Archiving people: A social history of Dutch archives*. Stichting Archiefpublicaties.
- Kuchenbuch, L. (2003). Sources ou documents? Contribution à l'histoire d'une évidence méthodologique. *Hypothèses*, 7(1), 287-315. <https://www.cairn.info/revue-hypotheses-2004-1-page-287.htm>
- Laferté, G., Pasquali, P., & Renahy, N. (Dir.). (2018). *Le laboratoire des sciences sociales: histoires d'enquêtes et revisites*. Raisons d'agir.
- Lauvernier, J. (2012). *Classer et inventorier au XIXe siècle: Administration des fonds et écriture de l'histoire locale dijonnaise par l'archiviste Joseph-François Garnier (1815-1903)* [Tese de Doutoramento não publicada]. U. de Bourgogne.
- Lazzarini, I. (2008). Scrittura e potere: Pratiche documentarie e forme di governo nell'Italia tardomedievale (secoli XIV-XV). *Reti Medievali-Rivista*, 9(1), 6-23. <https://doi.org/10.6092/1593-2214/94>
- Le Goff, J. (1984). Documento / monumento. In F. Gil (Coord.), *Enciclopédia Einaudi* (1º vol., pp. 95-106). Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Les Annales. (2020). Après le tournant documentaire: Ce qui montre, ce qu'on montre. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 75, 425-446.
- Lodolini, E. (1989). The war of Independence of archivists. *Archivaria*, (28), 36-47. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11569>
- Lodolini, E. (1991). *Archivística: principios y problemas* (pp. 30-51). Pontificia Universidad Católica.
- Lodolini, E. (2001). *Storia dell'archivística italiana: dal mondo antico alla metà del secolo XX*. FrancoAngeli.
- Lorenzo Cadarso, P. L. (2001). *El documento real en la época de los Austrias: (1516-1700)*. Universidad de Extremadura.
- Lovering, T. (2010). British Colonial Administrations' registry systems: a comparative study of Northern Rhodesia and Nyasaland. *Archives and Museum Informatics*, 10(1), 1-23. <https://doi.org/10.1007/s10502-010-9112-3>
- Lowry, J. (Ed.). (2017). *Displaced Archives*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315577609>
- Lowry, J. (2019). "Displaced archives": proposing a research agenda. *Archival Science*, 19, 349-358. <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09326-8>
- MacNeil, H. (2020). "Teaching by Examples": W. Kaye Lamb and Archival History. In T. Nesmith, G. Bak, & J. Schwartz (Eds.), *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook* (pp. 448-517). Society of American Archivists.
- MacNeil, H., & Eastwood, T. (Eds.). (2017). *Currents of Archival Thinking*. (2ª ed.). Libraries Unlimited.
- Madeira, C., Matos Oliveira, F., & Marçal, H. (Coords.). (2020). *Práticas de Arquivo em Artes Performativas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1954-5>
- Maire-Vigueur, J. C. (1995). Révolution documentaire et révolution scripturaire: le cas de l'Italie médiévale. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 153(1), 177-185. <https://doi.org/10.3406/bec.1995.450767>

- Martins, M. T. Q. (2018). Recovering Archives: The Custodial History of the Captaincy of São Paulo's Archival Holdings. *Revista Brasileira de História*, 38(78), 55-73. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-03>
- McCoy, M. (2010). The Manuscript as Question: Teaching Primary Sources in the Archives – The China Missions Project. *College & Research Libraries*, 71(1) (2010), 49-62. <https://doi.org/10.5860/0710049>
- McCrack, L. J. (2001). *Historical Information Science: An Emerging Unidiscipline*. Information Today, Inc.
- Melot, M. (2023). *Des archives considérées comme une substance hallucinogène*. École Nationale des Chartes.
- Mills, A. (2017). Learning to Listen: Archival Sound Recordings and Indigenous Cultural and Intellectual Property. *Archivaria*, (83), 109-124. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13602>
- Montgomery, B. P. (2010). Returning Evidence to the Scene of the Crime: Why the Anfal Files Should be Repatriated to Iraqi Kurdistan. *Archivaria*, (69), 143-172. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13264>
- Moore, N., Salter, A., Stanley, L., & Tamboukou, M. (2016). *The Archive Project: Archival Research in the Social Sciences*. (1^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315612577>
- Morelle, L. (2009). Usages et gestion de l'écrit en Occident. In Société des historiens médiévistes de l'Enseignement supérieur public (Ed.), *L'autorité de l'écrit au Moyen Âge (Orient-Occident) : XXXIX^e Congrès de la SHMESP (Le Caire, 30 avril-5 mai 2008)* (pp. 117-126). Éditions de la Sorbonne. <https://doi.org/10.4000/books.pSORBONNE.10778>
- Morsel, J. (2000). Ce qu'écrire veut dire au Moyen-Âge... Observations préliminaires d'une étude de la scripturalité médiévale. *Memini: Travaux et documents de la Société des Études médiévales du Québec*, 4, 3-43. <https://shs.hal.science/halshs-00291802>
- Morsel, J. (2004). Les sources sont-elles 'le pain de l'historien'? *Hypothèses*, 7(1), 271-286. <https://doi.org/10.3917/hyp.031.0271>
- Morsel, J. (2008). Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, 2. <https://doi.org/10.4000/cem.4132>
- Moss, M., & Thomas, D. (2019). *Do Archives Have Value?* Facet Publishing.
- Müller, B. (2011). De l'archive au document: Remarques sur l'évolution des régimes documentaires entre le XIX^e et le XXI^e siècle. *Territoires contemporains*, 2. <https://shs.hal.science/halshs-01395409>
- Nannelli, E. (2009). Memory, records, history: the Records of the Commission for Reception, Truth, and Reconciliation in Timor-Leste. *Archival Science*, 9(1-2), 29-41.
- Navarro Bonilla, D. (2004). *Escritura, Poder y Archivo. La Organización Documental de la Diputación del Reino de Aragón (siglos XV-XVIII)*. Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Navarro Bonilla, D. (2007). Antecedentes históricos en la organización de la información y la documentación aplicada a la seguridad y la defensa de los estados. *Anales de documentación*, 10, 281-296. <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1201>
- Nesmith, T. (2005). Reopening archives: bringing new contextualities into archival theory and practice. *Archivaria*, (60), 259-274. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12523>

- Nesmith, T. (2011). Documenting appraisal as a societal-archival process: theory, practice, and ethics in the Wake of Helen Willa Samuels. In T. Cook (Ed.), *Controlling the past: Documenting Society and Institutions – Essays in Honor of Helen Willa Samuels* (pp. 31-50). Society of American Archivists.
- Nesmith, T., Bak, G., & Schwartz, J. (Eds.). (2020). *All Shook Up: The Archival Legacy of Terry Cook*. Society of American Archivists.
- Neumann, E. S. (2007). A lança e as cartas: escrita indígena e conflito nas reduções do Paraguai – século XVIII. *História Unisinos*, 11(2), 160-172. <https://hdl.handle.net/10183/165064>
- Neumann, E. S. (2014). A escrita em guarani dos mayordomos e o exemplo de Valentín Ybariguá (Paraguai, XVIII). *Corpus*, 4(2), 1-16. <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1258>
- Nicholls, S., Booker, L., Thorpe, K., Jackson, M., Girault, C., Briggs, R., & Jones, C. (2016). From principle to practice: community consultation regarding access to Indigenous language material in archival records at the State Library of New South Wales. *Archives and manuscripts*, 44(3), 110-123. <https://doi.org/10.1080/01576895.2016.1239116>
- Nijenhuis, I., van Faassen, M., Sluijter, R., Gijsenbergh, J., & de Jong, W. (Eds.). (2020). *Information and Power in History: Towards a Global Approach*. (1ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429438738>
- Nordland, L. (2004). The Concept of “Secondary Provenance”: Re-interpreting Ac ko mok ki’s Map as Evolving Text. *Archivaria*, (58), 147-159. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/concept-secondary-provenance-re-interpreting-ac/docview/2518930446/se-2>
- Nougaret, C. (2010). Le chartrier de Thouars aux Archives nationales: un parcours exemplaire (1792-1979). In P. Contamine, & L. Vissière (Eds.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire: Les Chartriers Seigneuriaux XIIIe-XXIe siècle: Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)* (pp. 373-388). Société de l’Histoire de France.
- Nóvoa, R. S., & Rosa, M. L. (2018). O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. *Revista Brasileira de História*, 38(78), 75-95. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-04>
- O’Toole, J. (2004). Archives and historical accountability: toward a moral theology of archives. *Archivaria*, (58), 3-19. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12476>
- Oliveira, F. G. (2020). *Cultura jurídica da liberdade: autos cíveis e petições envolvendo escravos e forros na cidade de São Paulo, século XVIII* [Dissertação de mestrado não publicada]. UNIFESP.
- Opp, J. (2008). The Colonial Legacies of the Digital Archive: The Arnold Lupson Photographic Collection. *Archivaria*, (65), 3-19. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13165>
- Oppenheimer, M. (2020). The historian activist and the Gift to the Nation project: preserving the records of the Australian Red Cross. *Archives and Manuscripts*, 48(2), 171-185. <https://doi.org/10.1080/01576895.2020.1753544>
- Petitjean, J. (2013). *L’intelligence des choses: Une histoire de l’information entre Italie et Méditerranée (XVIe-XVIIe siècles)*. École française de Rome.
- Poncet, O. (2019). Archives et histoire: dépasser les tournants. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 74(3-4), 711-743. <https://doi.org/10.1017/ahss.2020.50>

- Poncet, O. (2023) Introduction. Michel Melot ou la licidité du patrimoine. In M. Melot, *Des archives considérées comme une substance hallucinogène* (pp. 5-15). École Nationale des Chartes.
- Poole, A. H. (2015). Archival Divides and Foreign Countries? Historians, archivists, information-seeking, and technology: Retrospect and prospect. *The American Archivist*, 78(2), 375-433. <https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.375>
- Pouchepadass, J., Barbot, M., & Borello, B. (2008). A proposito della critica postcoloniale sul «discorso» dell'archivio. *Quaderni Storici*, 43(3), 675-690. <https://www.jstor.org/stable/43779994>
- Prado, L. R. (2019). *Cativos Litigantes: demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa, 1706-1759* [Dissertação de mestrado não publicada]. USP.
- Punzalan, R. L. (2006). Archives of the new possession: Spanish colonial records and the American creation of a 'national' archives for the Philippines. *Archival Science*, 6, 381-392. <https://doi.org/10.1007/s10502-007-9040-z>
- Punzalan, R. L., Jacobsen, T., & Hedstrom, M. L. (2013). Invoking 'Collective Memory': Mapping the Emergence of a Concept in Archival Science. *Archival Science*, 13(2-3), 217-225.
- Put, E. (2007). Une flore d'archives?: La recherche typologique des sources d'archives de l'époque moderne (XVI^e-XVIII^e s.). In M. Aubry, I. Chave, & V. Doom (Eds.), *Archives, archivistes, archivistique dans l'Europe du Nord-Ouest du Moyen-Âge à nos jours*. Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion. <https://doi.org/10.4000/books.irhis.185>
- Quarta, A. (2015). *I nessi slegati e l'ombra dell'archivio: Analisi strutturale dell'Archivio postunitario del comune di Firenze fra il 1865 e il 1876*. Libreria universitaria.
- Rhee, H. L. (2012). Modelling historians' information-seeking behaviour with an interdisciplinary and comparative approach. *Information Research*, 17(4). <https://informationr.net/ir/17-4/paper544.html>
- Richards, T. (1993). *The Imperial Archive: Knowledge and the Fantasy of Empire*. Verso.
- Robyns, M. C. (2001). The Archivist as Educator: Integrating Critical Thinking Skills into Historical Research Methods Instruction. *The American Archivist*, 64(2), 363-384. <https://www.jstor.org/stable/40294177>
- Rodrigues, A. C. (2011). Identificação: uma nova função arquivística. *Revista EDICIC*, 1(4), 109-129. <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/96>
- Roque, R. (2022). O arquivo, a coleção e o caçador: autobiografia de uma etnografia histórica. *Etnográfica*, 26(2), 303-325. <https://doi.org/10.4000/etnografica.11119>
- Rosa, M. L. (2017a). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna: Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586. https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_10
- Rosa, M. L. (2017b). *Fazer e pensar a Idade Média hoje: Guia de estudo, investigação e docência*. Coimbra U. Press.
- Rosa, M. L. (2021). Arquivos de família, arquivos de comunidade: Arquivos da comunidade. In J. R. Pestano, M. L. Rosa, & J. G. Armas (Eds.), *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Instituto de Estudos Canários, U. La Laguna, IEM, CHAM.

- Rosa, M. L., & Nóvoa, R. S. (2018). Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística: reflexões sobre um percurso científico e académico. *Revista Portuguesa de História*, 49, 85-98. https://doi.org/10.14195/0870-4147_49_4
- Rubio Hernández, A. (2012). La escritura en el archivo: mecanismo de dominio y control en El Nuevo Reino de Granada. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, 35, 5-36.
- Rutner, J., & Schonfeld, R. C. (2012). Supporting the Changing Research Practices of Historians: Final Report from ITHAKA S+R. <https://doi.org/10.18665/sr.22532>
- Segundo, J. E. S., Silva, M. R., & Mostafa, S. P. (2012). *Os Pensadores e a Ciência da Informação*. Editora E-papers.
- Spiegel, G. M. (2000). Épater les médiévistes. *History and Theory*, 39(2), 243-250. <https://doi.org/10.1111/0018-2656.00127>
- Spiegel, G. M. (2008). "Getting medieval": history and the torture memos. *Perspectives on History*, 46(6). <https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/september-2008/getting-medieval-history-and-the-torture-memos>
- Spiegel, G. M. (2014). The Future of the Past. *Journal of the Philosophy of History*, 8(2), 149-179. <https://doi.org/10.1163/18722636-12341269>
- Steedman, C. (2002). *Dust: the archive and cultural history*. Manchester University Press.
- Stoler, A. L. (2002). Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, 2, 87-109. <https://doi.org/10.1007/BF02435632>
- Stoler, A. L. (2009). *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton University Press.
- Thomas, D., Fowler, S., & Johnson, V. (2017). *The silence of the archive*. Facet Publishing.
- Thomassen, T. (2001). A first introduction to archival science. *Archival Science*, 1(4), 373-385. <https://doi.org/10.1007/BF02438903>
- Thorpe, K. (2017). Aboriginal Community Archives: A Case Study in Ethical Community Research. In A. J. Gilliland, S. McKemish, & A. J. Lau (Eds.), *Research in the Archival Multiverse* (pp. 900-934). Monash University Publishing. https://doi.org/10.26530/oapen_628143
- Tognoli, N. B., & Audi, D. F. (2017). A diplomática como subsídio às funções arquivísticas: o aporte à descrição documental. In M. Borges, & E. Casado (Coords.), *A Ciência Aberta o contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC* (pp. 911-920). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20.
- Tognoli, N. B., & Guimarães, J. A. (2010). Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomatics: new approaches for archival knowledge organization. In C. Gnoli, & F. Mazzocchi (Orgs.), *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization* (pp. 405-411). Würzburg: Ergon Verlag.
- Tori, G. (Ed.). (2003). *Salvatore Bonghi nella Cultura dell'ottocento: Archivistica, Storiografia, Bibliologia*. Ministero per i beni e le attività culturali Direzione generale per gli archivi.
- Torou, E., Akrivi, K., Vassilakis, C., Lepouras, G., & Halatsis, C. (2006, dezembro 06-08). *Creating an Historical Archive Ontology: Guidelines and Evaluation*. Proceedings of the 1st International Conference on Digital Information Management (ICDM 2006), Bangalore, Índia.

- Universidade de Amsterdão. (2023). *Archival and Information Studies (Media Studies)*. <https://www.uva.nl/shared-content/programmas/en/dual-masters/archival-and-information-studies-heritage-studies/study-programme/study-programme.html>
- Universidade de Amsterdão. (2023a). *Prof. dr. K.J.P.F.M. (Charles) Jeurgens*. <https://www.uva.nl/en/profile/j/e/k.j.p.f.m.jeurgens/k.j.p.f.m.jeurgens.html?origin=Fs%2B2rT%2FUQee%2B%2F7H0qeK0XQ>
- Vermote, M. (2013, october 8-9). *Provenance research and Perseverance: The Testimony of an Archivist* [Conference paper]. “The West” versus “the East” or the United Europe?: the different conceptions of provenance research, documentation and identification of looted cultural assets and the possibilities of international cooperation in Europe and worldwide, Podebrady, Czech Republic.
- Vivo, F. (2013). Cœur de l’État, lieu de tension: Le tournant archivistique vu de Venise (XVe-XVIIe siècle). *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 68(3), 699-728. <https://www.cairn.info/revue-Annales-2013-3-page-699.htm>
- Vivo, F. (2016). Archives of Speech: Recording Diplomatic Negotiation in Late Medieval and Early Modern Italy. *European History Quarterly*, 46(3), 519-544. <https://doi.org/10.1177/0265691416648275>
- Wareham, E. (2001). “Our Own Identity, Our Own Taonga, Our Own Self Coming Back”: Indigenous Voices in New Zealand Record-Keeping. *Archivaria*, (52), 26-46. <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12813>
- Weller, T. (2008). *Information History – An Introduction: Exploring an emergent field*. Chandos Publishing.
- Weller, T. (2010). *Information History in the Modern World: Histories of the Information Age*. Red Globe Press.
- Wosh, P. (2018). Reflections on Public History and Archives Education. *Journal of Archival Organization*, 15(3-4), 95-99. <https://doi.org/10.1080/15332748.2019.1613316>
- Yaco, S., & Hardy, B. B. (2012). Historians, archivists, and social activism: benefits and costs. *Archival Science*, 13(2-3), 253-272. <https://doi.org/10.1007/s10502-012-9187-0>
- Yale, E. (2015). The History of Archives: The State of the Discipline. *Book History*, 18, 332-359. <https://doi.org/10.1353/bh.2015.0007>
- Yeo, G. (2009). Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records. *Libraries & the Cultural Record*, 44(1), 50-64. <https://www.jstor.org/stable/25549536>
- Yeo, G. (2018). *Records, Information and Data: Exploring the role of record-keeping in an information culture*. Facet Publishing.
- Yeo, G. (2019). Can we keep everything? The future of appraisal in a world of digital profusion. In C. Brown (Ed.), *Archival Futures*. Facet Publishing, 45-64.